

Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia treze de fevereiro de dois mil e quinze.

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. Dr. António José Rodrigues Gonçalves.

Aberta a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Vamos dar início aos trabalhos e fazer a chamada dos Membros da Assembleia Municipal.”

Seguidamente o Primeiro Secretário da Mesa, da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, fez a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontrava ausente o Presidente da Junta da União de Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, Sr. José António Gomes Guilherme que apresentou justificação e solicitou a respetiva substituição, tendo sido substituído, pelo Secretário da Junta da União de Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, Sr. Paulo Sérgio Campos de Brito.

Também se encontrava ausente o Sr. Dr. Luís Manuel Mendes Correia que igualmente apresentou a respetiva justificação.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho e Eng.<sup>a</sup> Teresa Maria Mendes Dias.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Relativamente à ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de dezanove de setembro de dois mil e catorze, pergunto se há alguma proposta para alteração da ata?

Se não há, passaríamos à votação da ata para a sua aprovação.”

Efetuada a votação, a Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de treze de dezembro de dois mil e catorze, foi aprovada por maioria com três abstenções.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, da proposta da segunda alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.

III - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto para participar no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

IV - Apreciação e votação da proposta de abertura de procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público através da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para dois lugares de Assistente Operacional (eletricista).

V - Apreciação e votação da proposta de abertura de procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público através da celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo para um lugar de Assistente Operacional (pedreiro) e um lugar de Assistente Operacional (serralheiro).

VI - Demonstração do resultado das receitas/despesas da água e saneamento do ano de 2014 por comparação com 2012/13.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de entrarmos na leitura do expediente quero fazer duas ou três referências a factos que se passaram entre a última sessão da Assembleia e esta. Começo por me congratular pelo regresso do Sr. Prof. Carlos Carvalheira. Creio que é um elemento que dignifica esta Assembleia Municipal e é bem-vindo o

seu regresso. Agradeço também ao Sr. Luciano Figueiredo por ter substituído o Sr. Prof. Carvalheira durante este período.

Quero dar-vos conhecimento que faleceu o Sr. Dr. Armando Dinis Cosme. O Sr. Dr. Armando Dinis Cosme foi Vereador, Presidente da Câmara e Membro da Assembleia Municipal de Arganil, eleito pelo PSD. Foi médico nomeadamente na zona do Vale do Alva no Concelho de Oliveira do Hospital. Foi uma pessoa que se dedicou à causa pública. Queria propor a aprovação de um Voto de Pesar que, no caso de ser aprovado, será remetido à Câmara Municipal de Arganil e à família do Dr. Armando Dinis Cosme.”

Efetuada a votação, foi aprovado por unanimidade o Voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. Armando Dinis Cosme.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, retomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Relativamente ao expediente vou ler a participação que foi feita em tempos à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos. Como sabem, em setembro de dois mil e catorze, o Sr. António Lopes apresentou queixa na Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos com base “na recusa sistemática na entrega de documentos por parte da Câmara”, anexou vários pedidos que tinha feito baseado em cinco factos, que eu sintetizo para não estar a perder muito tempo: Pedido da lista de funcionários; Política do processo de licenciamento; Pedido de inclusão de um ponto na Ordem do Dia da Assembleia Municipal sobre as questões da água e ainda uma questão relativa à organização dos serviços camarários.

Eu contestei a queixa no âmbito do pedido feito pela CADA-Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e agora chegou um parecer da CADA que diz o seguinte: A CADA arquivou essa queixa quanto a quatro dos pedidos e informou que a entidade requerida deve informar o requerente sobre os contadores da água e receitas decorrentes do aumento do preço da água.

Em relação ao pedido da lista dos funcionários a CADA considerou que era extemporânea. Quanto à política de licenciamento considerou também que era extemporânea. Quanto ao pedido de inclusão de ponto na Ordem do Dia era da incompetência da CADA pronunciar-se sobre esta matéria sendo certo que o Ponto acabou por ser agendado em tempo e portanto este ponto, até em certa medida, perdeu oportunidade.

Quanto à questão da organização dos serviços da Câmara Municipal a CADA entendeu também que era incompetente para apreciar esta matéria.

Em cinco pedidos a CADA entendeu dar guarida a um e diz que nos outros quatro o Sr. António Lopes não tinha razão para fazer a queixa.”

Em seguida foi dada a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente à correspondência recebida quero informar que a Sra. Eng.<sup>a</sup> Teresa Dias enviou-nos informação sobre o Balanço do Dispositivo Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de dois mil e catorze.

O Tribunal de Contas enviou-nos a Homologação da Conta relativa ao exercício de dois mil e dez.

O Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior também nos enviou a resposta relativa à nossa moção de apoio à inclusão da ESTGOH no programa +Superior.

A Assembleia Municipal de Lagos deu-nos conhecimento que aprovou uma Moção sobre o fim dos Contratos Emprego Inserção (CEI).

A Associação de Municípios do Planalto Beirão fez-nos chegar uma queixa apresentada ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu pelos membros do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Tondela.

A Assembleia Municipal de Tondela enviou-nos uma Moção apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS que foi aprovada na sessão ordinária de dezassete de dezembro de dois mil e catorze.

O Grupo Parlamentar Os Verdes enviou-nos a resposta do Ministério da Justiça relativamente às barreiras arquitetónicas no tribunal do trabalho e nomeadamente no Palácio da Justiça de Oliveira do Hospital.

A listagem da restante correspondência, enviada e recebida, foi-vos enviada juntamente com a convocatória desta Sessão da Assembleia Municipal.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Em relação às comunicações que o Sr. António Lopes tem feito com a Assembleia Municipal, eu queria dar-vos conta do seguinte: No dia um de janeiro, o primeiro eleito à Assembleia Municipal, é assim que ele se intitula, enviou ao Presidente da Assembleia Municipal seis requerimentos com vinte e sete perguntas.

Passo a sintetizar: Primeiro requerimento – saber questões relacionadas entre a Câmara Municipal e a Fundação Cabral Metello e ou Fundação D. Maria Emília Vasconcelos Cabral e também com a Fundação Albino Mendes da Silva em São Gião;

Segunda questão: Um conjunto de perguntas sobre o contrato de adjudicação da limpeza dos rios e eventuais danos provocados com essas limpezas;

Terceira questão: Aquisição de serviços de apoio técnico de ajuste direto;

Quarta questão: Prestação dos serviços de fiscalização do espaço ACIBEIRA;

Quinta questão: De novo volta a pedir elementos sobre o aumento da água.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, como é sua obrigação, encaminhou estes pedidos para a Câmara Municipal responder na parte possível e obrigatória.

A Câmara Municipal enviou as respostas ao Sr. António Lopes em quinze de janeiro de dois mil e quinze, portanto, dentro do prazo legal.

Em vinte e sete de janeiro, o Senhor Primeiro elemento da Assembleia Municipal, voltou a enviar três ofícios: O Primeiro considerando que estranhava o teor de algumas respostas da Câmara e refazendo algumas das questões; O Segundo ofício questiona a Câmara quanto a despesas com a EXPOH e o terceiro ofício, questionando a Câmara sobre a natureza de Presidente ou Vice-Presidente de algumas das Instituições.

A estes ofícios foi-lhe respondido recentemente.

Não estou a ver o Sr. António Lopes! Não sei se saiu?

Apesar de ter saído eu vou ter de dizer o seguinte: Antes de ser Presidente da Assembleia Municipal eu era Membro desta Assembleia há mais de uma dezena de anos e sou o Presidente desta Assembleia por vossa vontade porque fui eleito para isso e dentro da medida do possível, como o Sr. António Lopes sabe, eu tenho tentado, junto da Câmara, responder a todas as questões que são aqui colocadas e devo dizer que a Câmara tem dado guarida aos meus pedidos. Aliás, não seria de entender outra coisa!

A Assembleia Municipal tem competência para acompanhar e fiscalizar a Câmara Municipal. A Assembleia Municipal não tem poderes hierárquicos sobre a Câmara. A Assembleia Municipal não tem poder diretivo, não tem poder inspetivo e não tem poder disciplinar sobre a Câmara.

Algumas das questões colocadas pelo Sr. António Lopes entram claramente no segundo poder, o chamado poder inspetivo. A Assembleia Municipal não tem poder hierárquico sobre a Câmara. Logo as questões que devem ser postas ao Presidente da Assembleia para que as encaminhe para a Câmara devem ser questões de fiscalização da Câmara. Isto não se confunde com o poder inspetivo. É óbvio que de igual modo a Assembleia Municipal também não tem poderes de tutela. Os tais três poderes: Corretivo, inspetivo e substitutivo. Nenhum deste poderes a Assembleia Municipal pode exercer sobre a Câmara.

Individualmente cada membro pode pedir os documentos que quiser mas não pode pedir estatísticas infinitas como têm estado a ser pedidas.

Se houvesse quinze, ou vinte, Membros a fazer o mesmo que o Sr. António Lopes tem feito, a Câmara tinha que parar mais de quinze dias só para dar esta informação toda.

Pior do que isso é fazer juízos sobre as decisões da Câmara.

Eu vou ler duas ou três notas destes ofícios para verem a natureza das perguntas: Num dos ofícios o Sr. António Lopes pergunta “*quais as razões objetivas e ponderosas para a adoção dos procedimentos adjudicatórios adotados?*”.

A Assembleia Municipal não tem que saber quais são os fundamentos das decisões da Câmara. A Câmara Municipal tem poderes para decidir desde que o faça dentro do quadro legal. Portanto, a esta questão a Câmara não tem que responder apesar de o ter feito.

Outra questão: Diz o Sr. António Lopes: “*Considerando que o ajuste direto não é o que mais se coaduna com as regras de transparência que devem orientar a contratação pública*”.

Ora, o ajuste direto está legislado. Não é o Sr. António Lopes nem somos nós que temos o poder de dizer à Câmara que não é o ajuste direto que mais se coaduna com as regras de transparência. Nada podemos fazer quanto a isso e nem devemos.

Outra questão que tem a ver com os serviços de fiscalização para as obras do espaço ACIBEIRA: O Sr. António Lopes pergunta “*quais são as razões objetivas e ponderosas para recorrer a este tipo de contratação uma vez que não é o que mais se coaduna com as regras de transparência que deve presidir à contratação pública?*”

Isto é intrometermo-nos (nós, Assembleia Municipal) nas funções da Câmara Municipal. Nós, não podemos questionar a Câmara de quais são as

razões objetivas que estão subjacentes às decisões da Câmara Municipal. Podemos criticá-las politicamente, podemos participar delas aos órgãos legais, se forem ilegais, mas não podemos estar a condicionar as decisões da Câmara, como é óbvio! E em relação a este assunto ficava-me por aqui e como é uma interferência claríssima sobre as competências do Executivo, o Presidente da Assembleia Municipal está obrigado a respeitar a separação de poderes entre a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal e o Senhor primeiro eleito, como ele diz em todos os ofícios que me envia, tem várias opções todas legais que eu vou indicar: Ou pede elementos à Câmara através da Mesa. Elementos que a Câmara disponha sem que a Câmara tenha que parar para lhe dar os elementos, ou pede à Câmara para consultar os dossiers no caso de se tratar de um grande volume de informação, e a Câmara é obrigada a facultá-los, ou critica politicamente as deliberações da Câmara, ainda que legais, aqui na Assembleia Municipal. No caso de detetar eventuais ilegalidades pode pedir esclarecimentos à Câmara e pode participar às autoridades competentes.

Por fim, pode até propor à Assembleia Municipal, não uma inspeção porque isso é intromissão como já disse há pouco, uma fiscalização sobre determinado assunto, ou então, propõe a constituição nesta Assembleia de uma comissão para averiguar alguma coisa de que tenha indícios de irregularidade. É uma das formas de que pode dispor! Proponha aqui uma comissão e nós nomeamo-la e eventualmente ficará satisfeito com a informação dessa comissão. Agora, não me peça que continue a remeter à Câmara Municipal questões que interferem claramente na separação de poderes porque eu não o irei fazer e seleccionarei as questões que me puser. Por enquanto ainda sei distinguir o que é legal e o que não é legal.

Quanto a esta matéria, o Sr. António Lopes depois terá a oportunidade para responder fora dos cinco minutos porque também não era justo que agora estivesse a pensar o que dizer em cinco minutos para responder a isto tudo.”

Dando-se início ao Período de Antes da Ordem do Dia foi dada a palavra ao Sr. Deputado António dos Santos Lopes, que fez a seguinte intervenção:

“Registo e agradeço a atenção que me é dispensada pela Mesa da Assembleia Municipal. Acho que não era preciso tanto, nem mereço tanto!

A questão do primeiro eleito tenho a referir que o Senhor chama-me sempre a mim primeiro e por isso, Senhor Doutor, o Senhor sabe porque é que eu digo o primeiro eleito, naturalmente! E eu também sei!

Quanto ao que o Senhor disse, eu já disse aqui na última Assembleia que agora começava a lidar com a Assembleia aberta, e já está a funcionar.

As respostas da CADA já foram dadas e já toda a gente as conhece. O Sr. Presidente da Câmara responde às que quer e não responde ao que eu lhe pergunto. O Sr. Presidente da Mesa faz a gestão que muito bem entende. Nada tenho a opor mas não me venha dizer como é que eu hei de fazer oposição e como é que tenho que exercer o meu mandato.

Eu vou continuar a fazer o que tenho feito. O Senhor responde ou não responde. Eu sou defensor do debate democrático e se os Senhores não me respondem eu mando para a CADA ou para a DGF. Depois, se é legal ou não é legal, eles decidem e agem em conformidade.

Eu ando aqui para ajudar à boa gestão do Município e já o disse várias vezes. A minha posição está clara.

O Senhor diz que eu não tenho poder para inspecionar, a lei é clara, mas não vamos agora entrar nesse assunto.

Estou mais interessado a discutir as contas da EXPOH porque foram dados vários números para este evento. Eu só gostava de saber qual o valor. Para mim, o total das despesas são de cerca de oitenta mil euros.

O Sr. Presidente da Câmara é o Presidente da Assembleia Geral da EPTOLIVA. Perguntei pelos estatutos e perguntei por uma série de coisas. A Assembleia Geral é que decide a política e o mesmo acontece com os Presidentes das Fundações, etc, etc, etc.

O Sr. Presidente diz que não conhece. Sei que está a fazer um belíssimo trabalho e sei também que há uma série de Presidentes de Câmara preocupados.

Sei muito mais do que aquilo que digo, por enquanto. Vou dizer e fundamentar aquilo que sei. Eu faço o meu trabalho e essa é a minha função. Quando acho que está mal faço um esforço para que seja corrigido. Tento corrigir aqui dentro no debate político e democraticamente. Vou fazer aquilo que sempre fiz.

As respostas que tenho estão dentro do prazo. Amanhã à tarde vou prepará-las e depois seguem para as entidades competentes e depois eles dirão de sua justiça. Se de facto é assim ou não é!

Os Senhores querem passar a ideia de que eu ando aqui ressabiado e que levanto questões só por levantar mas eu só falo daquilo que tenho a certeza. Se não me dão condições para eu poder fazer o meu trabalho como eu entendo que ele deve ser feito eu queixo-me às autoridades, que têm mais responsabilidade que eu, e elas que façam aquilo que entenderem. É esta a minha postura.

O Sr. Presidente conduzirá a Assembleia como muito bem entender e responda como puder porque a postura do António Lopes vai ser esta. A população vai lendo as minhas perguntas e vai lendo as respostas e por certo também fará o seu juízo.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“De forma estranha, eu ainda estou aqui! Todos vocês ouviram dizer que este Executivo ao fim de seis meses já tinha caído. Afinal, ainda cá estamos! E até acho que vamos cair agora com estas queixas futuras, podemos vir a cair rapidamente, mas havia outros que já nos tinham mandado embora e que o anunciaram publicamente. Não o disseram só num sítio! Já foram feitos relatórios e até puseram em dúvida que o Presidente do Município tinha pedido à Inspeção Geral de Finanças para investigar aquilo que se pôs aqui em dúvida! Até agora não fui acusado de nada, nem eu nem o meu Executivo, e por isso, meus caros amigos, temos continuado com a nossa gestão política e autárquica dentro de um quadro absolutamente normal.

Deixo também aqui uma segunda nota: Gostaria de dizer aos Senhores Deputados que a Lei diz que a Assembleia Municipal acompanha e fiscaliza a atividade municipal.

Há quem ache que sozinho é a Assembleia Municipal!

Se um deputado, de qualquer partido, chegar à Assembleia da República e propuser uma Comissão de Inquérito sobre qualquer assunto, todos vocês sabem o que é que acontece! E sabem todos o que é que têm acontecido! É preciso uma maioria dessa Assembleia que vote a favor da constituição dessa Comissão de Inquérito.

Quero dizer que estou disponível para que esta Assembleia Municipal realize e proponha ao Sr. Presidente da Mesa a constituição de uma Comissão de Fiscalização e Acompanhamento com elementos de todos os partidos e que clarifiquem as dúvidas que o Deputado António Lopes aqui colocou.

O Sr. Deputado António Lopes não é a Assembleia Municipal. Já quis ser o dono da Câmara e agora quer ser o dono da Assembleia Municipal mas não é!

Quem não deve, não teme. Como já disse, estou tranquilo. As denúncias têm ido para os diferentes órgãos e até agora continuamos aqui a fazer o nosso trabalho.

Há alguns que pensam que nos tiram a tranquilidade mas não tiram porque eu e os elementos do meu Executivo temos a consciência tranquila com o trabalho que fazemos.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Eu venho fazer proposta. Não venho para a trica política. Não venho para o desgaste político. Não quero contribuir para isso e o CDS também não está para contribuir.

Para fazer e marcar a diferença pedi esta intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia para fazer proposta.

A proposta é uma proposta de deliberação na área do IMI: Nós sabemos quanto o nosso Concelho tem sofrido com a interioridade. A interioridade é não ter gente e é um problema sobretudo de natalidade. Sendo um problema de natalidade nós temos que ter propostas concretas, objetivas e concisas direcionadas a resolver esse problema.

Tem andado bem o Concelho, até por proposta da oposição no mandato anterior, aprovando medidas de apoio e incentivo à natalidade mas temos que fazer mais.

Temos que fazer mais porque é manifesto e evidente que essas medidas não têm resolvido o problema e basta recordar o artigo recente da Comarca de Arganil que é verdadeiramente assustador. Aqueles dados concretos que vêm no artigo muito reais quanto à natalidade e à taxa de mortalidade no nosso Concelho.

Porque se abriu uma oportunidade para os Municípios fazerem uma redução do IMI para as famílias consoante o número de filhos que tenham, eu desafiava, e deixo esta proposta de deliberação para ser votada e que entregarei à mesa de seguida, no sentido de: Os casais e as famílias com um filho poderem beneficiar de dez por cento de redução na taxa de IMI; As famílias com dois filhos poderem beneficiar da redução de quinze por cento; As famílias com três filhos poderem mesmo beneficiar de uma redução de vinte por cento.

Isso, sim é uma proposta que está acima da trica política. É uma proposta que visa mobilizar o concelho e diferenciá-lo e torná-lo apetitoso por termos uma taxa de natalidade positiva e acima da média nacional.

Poder-me-ão dizer, e deixo já o apontamento, que não é possível porque isso implica uma alteração ao orçamento aprovado. Eu quero dizer que não é verdade porque a liquidação do imposto só terá efeitos em dois mil e dezasseis

e, portanto, o seu impacto no orçamento só será um impacto futuro e que pode ser acautelado e estamos a tempo de o fazer com a redução e com o controlo da despesa municipal noutras áreas, como seja áreas de financiamento, e despesa que é facilmente cortada se nos lembrarmos de um conjunto de medidas e se a proposta for aprovada eu terei todo o gosto de ajudar.

Peço à Mesa que coloque a proposta de deliberação a votação.”

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para ler a proposta de deliberação apresentada pelo Deputado Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos:

*“Proposta de deliberação - IMI Familiar.*

*Vem propor a redução da taxa de IMI em função do número de dependentes, nos termos previstos no nº 13 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, em dez por cento para as famílias com um filho, em quinze por cento para as famílias com dois filhos e em vinte por cento para as famílias com três filhos.*

*O Orçamento de Estado para dois mil e quinze, a par da reforma do IRS e da nova redação da taxa de IRC, veio iniciar o desagravamento fiscal incidente sobre os cidadãos, as empresas e as famílias, sublinhando os resultados do esforço percorrido de contenção orçamental, a manutenção do rigor das contas públicas e o crescimento económico.*

*Veio concretizar, nomeadamente, medidas de proteção das famílias e de incentivo à natalidade.*

*Por outro lado, na sequência da introdução do quociente familiar no IRS, foi introduzido um benefício fiscal para as famílias com filhos em sede de IMI, permitindo aos municípios reduzirem a taxa de IMI em dez por cento para as famílias com um filho, quinze por cento para as famílias com dois filhos e vinte por cento para as famílias com três filhos.*

*Fica assim consagrada a possibilidade dos municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, reduzirem a taxa de Imposto sobre Imóveis (IMI), consoante o número de dependentes a cargo.*

*A aprovação desta proposta não implica qualquer alteração ao orçamento municipal aprovado, uma vez que a sua execução só produz efeitos na liquidação do imposto em dois mil e dezasseis. O seu impacto nos orçamentos futuros pode ser acautelado pela adoção de medidas de controlo da despesa municipal, nomeadamente despesas de funcionamento.*

*Justifica-se fixar uma redução da taxa de IMI, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário e, atendendo ao número de dependentes, nos termos do previsto no n.º 13 do art.º 112 do Código do IMI, porquanto:*

- a) As famílias com dependentes têm despesas carecidas;*
- b) A família como pilar da nossa comunidade deve ser destacada, valorizada e protegida;*
- c) A redução da taxa de IMI, que se propõe, funcionará como incentivo à natalidade e conseqüente aumento da população do nosso concelho.*

*Em reconhecimento dessa realidade, reduzir o IMI aos nossos munícipes nos termos da lei, é uma das medidas que podem ser tomadas, com alcance direto para muitas famílias e para desenvolvimento do nosso concelho.*

*Assim, o Membro desta Assembleia Municipal eleito pelo CDS-PP propõe que esta Assembleia delibere:*

*Aprovar a redução da taxa de IMI em função do número de dependentes, nos termos previstos no n.º 13 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a saber:*

- 1 - Em dez por cento para as famílias com 1 filho, e*
- 2 - Em quinze por cento para as famílias com 2 filhos, e*
- 3 - Em vinte por cento para as famílias com 3 filhos.”*

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Senhor Deputado Dr. Luís Lagos há aqui um problema. A proposta diz: “Assim, o Membro desta Assembleia Municipal eleito pelo CDS-PP propõe que esta Assembleia delibere aprovar...”

Poderá ser “*delibere propor à Câmara?*”. Não é vinculativo. A Assembleia propõe à Câmara.

O Sr. Deputado quer fazer a devida alteração no documento que entregou à Mesa?

Da forma que está escrito parece que a Câmara ficava vinculada.

A parte final da proposta passa a ter a seguinte redação: “Assim, o Membro desta Assembleia Municipal eleito pelo CDS-PP propõe que esta Assembleia sugira à Câmara Municipal:

*Aprovar a redução da taxa de IMI em função do número de dependentes, nos termos previstos no n.º 13 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a saber:*

- 1 - Em dez por cento para as famílias com 1 filho, e*
- 2 - Em quinze por cento para as famílias com 2 filhos, e*
- 3 - Em vinte por cento para as famílias com 3 filhos.”*

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre esta proposta do Dr. Luís Lagos eu quero dizer duas ou três coisas: Mas antes disso quero saudar o novo Presidente do CDS, o Dr. Nuno Alves, e desejar-lhe um bom mandato. Conto convosco e com a vossa capacidade crítica para construirmos o Concelho coletivamente.

Dr. Luís Lagos, quero dizer-lhe que vejo esta proposta com bons olhos e que é uma proposta que poderá ser enquadrada no próximo orçamento, depois de ser estudado o impacto económico que ela tenha.

Não posso de deixar de dizer ao Deputado Luís Lagos que ele faz parte de um partido que tem responsabilidades na governação autárquica e que também tem responsabilidades nas medidas implementadas pelo Governo que até hoje mais aumentou os impostos em Portugal. Por isso era bom que dissesse lá nas suas reuniões que era preciso aumentar o abono de família porque em quatro crianças há uma que passa fome. E aumentem também os complementos para os idosos.

Por isso, o que é bom para Oliveira do Hospital não é bom para o País nem é bom para o seu partido.

De qualquer maneira, como eu disse, estou disponível para estudar a sua proposta e também sei que o Dr. Luís Lagos não tem responsabilidades Governativas e que está a fazer esta proposta como Oliveirense.

O Dr. Luís Lagos disse que o incentivo à natalidade foi proposto pela oposição mas isso não é verdade porque o incentivo à natalidade foi discutido numa reunião de Câmara, proposto por mim, e depois articulámos os regulamentos.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, que fez a seguinte intervenção:

“Quero congratular-me com esta proposta mas penso que é uma proposta muito vaga.

De certa forma temos que especificar porque temos de saber se é uma proposta para todas as famílias ou se é uma proposta mediante um conjunto de especificidades.

Penso que não contarão só o número de pessoas do agregado familiar e depois também questionar se é para todos os agregados familiares. É também necessário acautelar várias vertentes e especificidades desse agregado familiar entre os quais condições económicas e taxas de esforço desse agregado familiar.

Contudo, no seu todo, penso que é uma proposta interessante e que deveria ser discutida.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Como os Senhores sabem eu não sou muito para demagogias. Ainda na última Assembleia falámos aqui do IRS. Eu não voto, pelos motivos que os Senhores sabem, mas disse que estava de acordo até porque ele vai incidir nos mais de cima e não nos mais de baixo.

Nesta proposta, naturalmente, que estaria de acordo. Tudo o que for favorável do ponto de vista social eu estou de acordo mas, como vimos na última semana, se esta Câmara pagou em dois mil e treze trinta e três mil euros de apoio à natalidade, eu acho que não vale a pena estarmos a perder muito tempo com isso!”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“À partida, quem olha para esta proposta, parece-me bem. É agradável. É simpático. Obviamente mexe ou poderá vir a mexer nos bolsos de pessoas que são proprietárias e que pagam IMI e que têm um, dois ou três filhos.

À partida tudo se conjuga para que seja uma boa proposta. Só que eu não estou de acordo com ela porque nós não sabemos, eu não sei e o Sr. Dr. Luís Lagos também, seguramente, não sabe, e se souber venha aqui dizê-lo por favor, é um desafio que eu lhe lanço, quanto é que isso envolve em termos de dinheiro que deixa de entrar nos cofres da Câmara Municipal?

O Dr. Luís Lagos também não especificou a proposta, e isto também já aqui foi dito. Então os agregados familiares com um, dois e três filhos vão ficar todos com essa redução?

Temos, seguramente, agregados familiares com dificuldades para pagar o IMI e temos, seguramente, famílias que têm possibilidades para pagar e até muito mais do que lhes é taxado. E por isso há aqui qualquer coisa que não está certa, no meu entender!

Se esta proposta fosse especificada e fundamentada de uma forma diferente eu até estaria, se calhar, de acordo. Agora, perante a proposta apresentada, que é tão vaga! É uma proposta simpática aos olhos de toda a gente e nós sabemos isso. Aos meus olhos também é!

No meu entender, era bom que esta proposta fosse apresentada numa outra altura, devidamente fundamentada, e que houvesse oportunidade para que esta Assembleia pudesse julgar em consciência o que é que isso envolve em termos financeiros para a Câmara Municipal. Não é só chegar aqui e dizer dê este benefício. Nós temos que saber o que é que isso envolve porque o Sr. Dr. Luís Lagos não diz! O Senhor, seguramente, que não sabe o que é que isso envolve porque, de certeza, que não fez contas.

Seria bom que essa proposta fosse devidamente fundamentada com número para todos nós sabermos.

Perante a proposta e perante a maneira como está formulada, voto contra.”

Seguidamente foi feita a votação da proposta de deliberação de IMI familiar, que foi rejeitada, por maioria, com vinte e dois votos contra, sete votos a favor e cinco abstenções.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dizer ao Dr. Luís que quando chegar a hora de fazermos estes enquadramentos que devemos trabalhar todos em conjunto.

Percebo que o Partido Socialista tenha chumbado esta proposta porque realmente não está devidamente fundamentada.

Penso que a proposta poderá ser enquadrada no próximo orçamento depois de se fazerem os devidos estudos.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Seixo da Beira, Sr. Carlos Alberto Batista Costa Borges, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui para agradecer porque finalmente vai haver obra na zona da Cordinha. Quero agradecer ao Sr. Presidente da Câmara, ao seu Executivo, e ao Sr. Empresário Carlos Coelho porque ao fim de cerca de vinte anos foi hoje iniciada a primeira obra na zona da Cordinha.

Queria pedir também ao Sr. Presidente da Câmara para que se tomem medidas em relação aos madeireiros que nesta altura do ano destroem os caminhos todos e depois tem que ser a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal a concertar os mesmos. Muitos dos madeireiros não são do Concelho e não pagam aqui impostos e nós é que temos que estar a ouvir o povo, e com razão, porque as pessoas que pagam aqui os impostos querem ir para as suas propriedades e não têm as mínimas condições.

A obra que me refiro é a obra na Zona Industrial da Cordinha no Seixo da Beira. Também espero que esta obra traga mais algumas e que crie mais postos de trabalho que é o que falta ali na minha zona e na minha Freguesia de Seixo da Beira.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui reportar uma situação que neste momento me está a preocupar muito em Meruge. É a doença do nemátodo.

Devido a esta doença do pinheiro a maior parte dos proprietários estão a vender o pinhal e a vender o terreno. Esta situação já deu origem a uma grande plantação de eucaliptos na minha Freguesia.

A minha Freguesia quase que não tinha eucaliptos e agora já lá há uma grande área plantada de eucaliptos. Temos que fazer alguma coisa porque não sei como é que é possível numa ZIF fazerem plantações quase clandestinas e que ninguém faz nada para travar esta situação. Se esta situação continua não sei como é que vamos controlar os incêndios no futuro.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Hoje, o que me traz aqui, e o que me orgulha de ser Oliveirense, que orgulha todos os que estão aqui, é a grande capacidade empreendedora dos nossos empresários de Oliveira do Hospital e o grande espírito combativo que os nossos empresários tiveram nos anos sessenta quando lançaram aqui em Oliveira do Hospital as primeiras empresas.

Recordo-me das primeiras empresas que se instalaram. Umas ainda existem e outras tiveram outra evolução no ramo das confecções e que nos orgulham a todos. É bem evidente, no passado, no presente e será no futuro, a capacidade empreendedora dos nossos empresários Oliveirenses e também de todos os trabalhadores deste Concelho e de todos os trabalhadores que vêm para Oliveira do Hospital, quer pela sua produtividade, quer pela sua eficiência e eficácia.

A capacidade exportadora das nossas empresas é reconhecida aqui e além-fronteiras e é também reconhecida pelos organismos públicos bem como pelo IAPMEI. Esse reconhecimento recentemente veio a público. Há um conjunto de empresas de Oliveira do Hospital que foram reconhecidas e que é justo prestar-lhes aqui hoje o devido louvor e por isso vos proponho um voto de reconhecimento a essas empresas que passo a designá-las: Amol-Armazéns de Mercarias Oliveirenses, Lda.; CIP-Construções, S.A.; Salsicharia Beira Serra, Lda.; Marserra Alimentar, Lda.; Queijos Lagos, queijos e derivados, Lda.; Serração Paletes de Madeira, Henriques, Lda. e SEILIMP.

Os meus parabéns e um grande abraço a estas empresas aos seus empreendedores e a todos os trabalhadores que lá trabalham.

E como a minha memória não é curta, e a memória dos Oliveirenses e de nós todos não é curta, uma pequena resenha do que tem sido o empreendedorismo e o que tem sido a actividade da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital:

A Zona Industrial em Oliveira do Hospital foi alargada com mais dez lotes, com um investimento de meio milhão de euros, que é de louvar.

Atualmente esses lotes estão todos atribuídos e há empresas que se estão a instalar com um valor de investimento superior a sete vírgula cinco milhões de euros e com a criação de mais de cem postos de trabalho. São essas empresas, e há que reconhece-las: Nutrindústria; Obrativa; Salsicharia Beira Serra; Mar Serra; Alvaquece; Gioestofos e Luís Amaro.

Não podemos deixar de louvar, como já disse, os empreendedores, os empresários, os trabalhadores e a actividade que o Executivo e em especial a atividade que o Sr. Presidente da Câmara tem tido, quer aqui na região, quer fora da região, e junto da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro para conseguir atingir estes objetivos. É marcante, para Oliveira do Hospital, para o seu Concelho e para a região, tudo o que tem sido feito. Naturalmente que estes dados são visíveis. Só não os vê quem não quer!

Como já aqui disse, e não me canso de repetir, Oliveira do Hospital é conhecida, é um Concelho que está no mapa e em franca evolução. Esta evolução nos últimos anos tornou-se mais evidente.

Naturalmente que o próximo passo, e temos a certeza que o Sr. Presidente da Câmara e o seu Executivo o vão dar, e estão a dá-lo, é alargar a Zona Industrial de Oliveira do Hospital para ter mais lotes.

Temos a certeza que vamos ter mais futuro e que o balanço é claramente positivo.

Um grande abraço a todos os empresários, a todos os trabalhadores, aos Executivo e à Câmara Municipal.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui dar conta de duas situações: A primeira foi uma reunião que houve aqui esta semana e que me apraz registar. Reuniram-se aqui cerca de cento e vinte pessoas de vários concelhos - Oliveira do Hospital, Tábua, Arganil, Góis - no âmbito da DLBC-Urbano (Desenvolvimento Local de Base Comunitária).

Esta foi uma primeira reunião para assinar o protocolo de parcerias com a ADIBER e aprovar também o plano estratégico para a candidatura aos fundos comunitários.

Foi uma reunião importantíssima. Importantíssima por ter sido feita em Oliveira do Hospital. Se nós bem nos lembrarmos este tipo de situações aqui há algum tempo passavam ao lado de Oliveira do Hospital. Isto demonstra que Oliveira do Hospital é um polo importante e que a Câmara Municipal tem dinamizado e congregado esforços no sentido de chamar também a colaboração de outros concelhos, a ADIBER tem feito um bom trabalho no âmbito das candidaturas, e penso que isto é mais um passo importantíssimo para o desenvolvimento do nosso Concelho. Esperemos que isto venha a dar os frutos necessários porque se for bem aproveitado e, como muito bem se dizia aqui, hoje cada um não pode estar a olhar para a sua quintinha, hoje temos um território mais vasto e se houver colaboração entre os vários municípios podemos alcançar objectivos importantes para cada um dos concelhos e nomeadamente para o Concelho de Oliveira do Hospital.

Queria deixar esta nota e congratular-me por esta iniciativa e por ter sido feita aqui em Oliveira do Hospital.

Depois, tenho-me apercebido e, tenho visto, também, em alguma Comunicação Social, que a Câmara Municipal, e muito bem, levou a cabo um projecto de eficiência energética.

Tenho-me apercebido que têm sido desligados alguns BIP's, há alguns que efetivamente não têm razão de existir em alguns pontos porque estão em locais onde passa uma ou duas pessoas de vez em quando, há outros que estão bem, apesar de estarem fora das localidades estão bem situados, e são bastante necessários.

Tenho-me apercebido que foi feita alguma poupança e por isso queria felicitar a Câmara Municipal por esta iniciativa e queria também pedir ao Sr. Presidente da Câmara que nos dê conta do valor da poupança que este projecto de eficiência energética já alcançou.

Se bem me lembro, na altura, esta poupança que seria feita no âmbito deste projecto poderia ser aplicada nas freguesias e isso também me apraz registar porque o Concelho é composto por freguesias e se a poupança for aplicada nas freguesias será aplicada no nosso Concelho.”

De seguida, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sra. Dra. Olga Maria Filipe Bandeira, que fez a seguinte intervenção:

“Sendo a minha primeira intervenção este ano, gostaria de lembrar que o ano de dois mil e quinze foi proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas como o Ano Internacional da Luz e de como a luz é importante nas nossas vidas e no nosso quotidiano. Que todos nós, e cada um por si, saibamos tirar o melhor proveito da luz em benefício de todos.

Comemora-se hoje também o Dia Mundial da Rádio. A rádio continua a ser um meio de comunicação que mais se aproxima das pessoas e que lhes proporciona informação no momento.

Quero endereçar os parabéns à rádio Boa Nova pelo empenho no trabalho que ao longo destes vinte e nove anos tem desenvolvido em prol das gentes da Beira Serra desde Oliveira do Hospital a todo o mundo.

O artigo 64º da Constituição da República Portuguesa diz-nos que todos têm o direito à saúde e o dever de a defender e promover.

Que este direito é realizado através de um serviço nacional de saúde universal e geral tendencialmente gratuito e incumbe prioritariamente ao Estado.

O Estado deve garantir a todos os cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação. Garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o País em recursos humanos e unidades de saúde.

Neste sentido, é com desagrado que constato que este direito consagrado na Constituição não se aplica a todo o território. Pois, na minha Freguesia existem mil e oitocentas pessoas que desde maio de dois mil e catorze estão sem médico de família. O que se traduz num direito a que não têm direito: À saúde.

Sei que não é da competência da Junta de Freguesia nem da Câmara Municipal encontrar solução para tal lacuna mas sim do Governo.

Como bem sabe, é o Senhor, como Presidente da Câmara, e nós, como Presidentes de Junta, que estando mais perto das pessoas mais nos interrogam, mais nos procuram na busca de soluções para os problemas e este é de veras um grande problema pois não afeta uma nem duas pessoas mas sim milhares delas.

Sei que esta situação não é alheia ao Sr. Presidente da Câmara, pois não é a única do Concelho, pelo que solicito que nos informe se tem conhecimento de alguma *démarche* que tenha sido feita para resolver esta situação.

No dia vinte e três de dezembro de dois mil e catorze foi enviado pelo ACES PIN à Sra. Coordenadora da UCSP de Oliveira do Hospital, o Centro de Saúde, um *mail* no qual são apontadas algumas soluções para o problema da falta de médicos nesta unidade de saúde.

Não tendo sido possível, foi proposto novamente várias alternativas de entre as quais três me parecem ser preocupantes e que passo a ler: *“Informar os utentes para que em situação de doença aguda se dirijam aos Centros de Saúde vizinhos, designadamente Tábua até às vinte e quatro horas e Serviço de Urgência Básico em Arganil;*

*Dar prioridade ao funcionamento do SAP entre as oito e as vinte horas, nos dias úteis, podendo, se necessário, ser suspensas as consultas programadas não prioritárias nas extensões e/ou sede;*

*Nos períodos das vinte às oito horas, caso não exista médico para assegurar a escala, o serviço poderá encerrar, devendo, atempadamente haver:*

*1.Divulgação aos utentes, através de afixação de informação escrita no local, referindo as alternativas assistenciais mais próximas (cerca de quarenta e vinte quilómetros) no ACES: SUB em Arganil (vinte e quatro horas) e Consulta de Atendimento Complementar em Tábua (até às vinte e quatro horas).”*

Depreendo da leitura que acabei de fazer que naquele mesmo dia, vinte e três de dezembro, o SAP poderia ter encerrado, no entanto, até à data de hoje isso não aconteceu.

Tenho conhecimento de que não aconteceu porque o Sr. Presidente teve uma ação interventiva essencial para que ainda hoje o SAP se mantenha aberto.

Nesse sentido, solicito-lhe também que informe esta Assembleia Municipal de quais os procedimentos que teve para que esta situação de encerramento fosse impedida.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Nuno Miguel Saraiva Vilafanha, que fez a seguinte intervenção:

“Quero voltar a referir um assunto que já aqui foi falado e que tem a ver com o Café Central. E é com agrado que verifico que passados três anos a resolução do processo judicial relativo à exploração do Café Central, contudo este assunto não deve ficar por aqui.

A culpa não pode, nem deve, morrer solteira principalmente quando está em causa o dinheiro de todos nós.

Nesse sentido, gostaria que se apurassem de forma célere e transparente as responsabilidades dos intervenientes neste processo.

Não nos podemos esquecer que a autarquia e de forma geral os Oliveirenses foram chamados com o dinheiro dos seus impostos para suportarem os prejuízos causados por esta situação.

Há custos relacionados com o processo judicial, com valores de rendas que o Município deixou de receber e com as obras que tiveram de ser realizadas para corrigir o que estava mal e degradado.

É fundamental saber-se quanto gastou a autarquia com as obras que teve de realizar naquele espaço para reparar algo que deveria ter sido da responsabilidade da empresa construtora caso tivesse agido de forma diligente, o que não aconteceu.

Resumidamente, gostaria de saber quanto é que este processo custou ao erário público e quem foram os responsáveis por esta situação.

Gostaria ainda de fazer uma pequena nota sobre a Festa do Queijo, que se realizará na próxima semana, desejando que seja um êxito pois é um dos eventos mais importantes do nosso Concelho. Contudo, faço votos, ao contrário do passado, que sejamos informados sobre os custos reais da mesma. Os Oliveirenses têm todo o direito de saber quanto custam os eventos que se realizam em Oliveira do Hospital.

Bem, Sr. Presidente, não venha agora dizer, como é hábito, “lá está outra vez o PSD contra as festas”.

Pode mudar o seu discurso porque não é nada disso. Pessoalmente sou, e sempre fui, favorável às festas ou eventos mas com controlo, com propósito, com objectivos claros, com contas transparentes, e feitos à nossa medida. Essa é que é a diferença.

Para além da avaliação subjectiva da festa, ou seja, se está bem organizada, ou não, se gostamos, ou não, temos o direito de saber e de avaliar os custos e os benefícios da mesma. Além disso, para se poder fazer uma crítica construtiva são necessários, obviamente, dados concretos e objectivos.

Só assim poderemos corrigir o que está mal, delinear novos objectivos e verificar se os mesmos foram, ou não, atingidos com o propósito de se melhorar ano após ano.

Por exemplo: Quanto custa a presença da TVI?

Vem de forma gratuita?

Que benefício traz?

Vale a pena apostar neste meio de comunicação no futuro?

Quantos quilos de queijo e de enchidos são vendidos?

Qual foi a taxa de ocupação Hoteleira nestes dias?

São perguntas que devem ser vistas e avaliadas.

Dou aqui o exemplo do sucesso da Feira do Fumeiro de Vinhais. Numa pequena localidade do interior saltam à vista os setenta mil visitantes, as cerca de cinquenta toneladas de fumeiro vendido que renderam largos milhares de euros aos produtores e potenciam negócios no futuro.

Há também dados indirectos como os restaurantes cheios e a capacidade hoteleira esgotada que se reflete ao longo dos restantes meses.

Há aqui um claro investimento que produz benefícios visíveis e um retorno durante o ano inteiro em termos empresariais e em termos turísticos.

Há aqui um claro rendimento para todos e não somente para a promoção de uma organização ou pessoa.

Pergunto eu: E o que é que se passa em Oliveira do Hospital?

Quem beneficia com os investimentos que o Município faz na realização de eventos como a EXPOH, a Festa do Queijo ou eventos desportivos como por exemplo a taça de basquetebol?

Que benefícios tiram desses eventos os nossos produtores, as nossas empresas, o nosso turismo, onde incluo os bares, os restaurantes e as unidades hoteleiras (as poucas que ainda temos)?

De facto é de estranhar uma cidade, como já referi, sem hotel. A Pousada de Santa Bárbara ainda continua fechada e ainda há outros empreendimentos turísticos fechados. Porque é que será!

Será que é o nosso Concelho e as nossas empresas que beneficiam com estes eventos? Ou serão os Concelhos vizinhos?

A ideia que dá é que nós investimos e os outros é que ganham com isso. Pelo menos é essa opinião de alguns empresários, ligados ao comércio e à hotelaria, do nosso Concelho.

Como já disse anteriormente, Oliveira do Hospital não tem um verdadeiro produto turístico. Não tem sequer uma capacidade hoteleira que atraia ou acolha turistas, pelo que, quem tem beneficiado têm sido os concelhos vizinhos. Não é uma crítica, é uma constatação da realidade.

No fundo, pede-se e exige-se mais transparência, principalmente quando estão envolvidos dinheiros públicos, como está a fazer a Câmara Municipal, e bem, na questão da água e da eletricidade.

Como iremos verificar fornecem-se dados e informações pertinentes que permitem avaliar o que se está a fazer e os resultados obtidos, mesmo que ainda não sejam muito claros.

Nesta busca pela transparência vem-me logo à ideia a EXPOH, na sua organização, a ADITO e a BLC3. Aliás, eu enquanto Deputado Municipal já pedi informações sobre as mesmas mas não consigo obter o que pretendo.

Tenho sobre estas organizações uma certa curiosidade, partilhada com muitos Oliveirenses, em saber de forma concreta de quais as suas actividades, para que servem, o número de pessoas que lá trabalham, quanto custa ao nosso Município e quais os benéficos que nos trazem.

Resumidamente, o que pedia não era muito difícil era só uma simples folha em Excel onde estivessem bem claras as despesas com determinado evento ou organização e disponibilizar essa informação de forma clara e simplificada aos Deputados Municipais.

Pergunto-me: Há algum problema em saber quanto custou e quem pagou determinado evento como a EXPOH, a Festa do Queijo, a Taça de basquetebol ou a presença da TVI?

Julgo que não! Pelo menos não deveria haver!

Não temos que ter medo de apresentar as contas, as despesas, o quanto custou a realização do evento.

Não temos que ter medo da crítica, seja ela da oposição ou dos munícipes.

É melhor apresentar esses dados e acabar com as especulações e dúvidas como aqui se tem notado. É algo que no futuro, com o PSD na liderança municipal, será uma realidade.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“Eu gosto de pensar que todos estamos aqui para trabalhar em prol das pessoas que vivem e trabalham em Oliveira do Hospital e não apenas pelo nosso próprio ego, como às vezes parece.

Como tal, gostaria de ver discutido o aspeto da atual política de Ação Social que está a ser desenvolvida e que me parece ser fundamental para a nossa comunidade.

Um dos aspetos que me é mais caro são as Bolsas de Estudo e de Mérito referentes ao Ensino Superior que este Município atribui.

Com efeito, julgo que todos os municípios têm o dever de incentivar e, em certos casos, de possibilitar que os seus jovens prossigam os estudos.

Aquilo que eu quero ver esclarecido é o balanço que a Câmara Municipal faz, até agora, da atribuição das Bolsas de Estudo e qual a verba que atual Executivo dispõe para apoiar os jovens Oliveirenses no Ensino Superior, bem como, quantas Bolsa de Estudo e de Mérito é que são anualmente atribuídas?

Se fosse possível gostaria que o Sr. Presidente da Câmara nos esclarecesse sobre isto.

Em todo o caso, parece-me que isto é uma política de louvar e que deve ser continuada e ampliada.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar, e em nome do Grupo Municipal do PSD, gostaria de felicitar os novos Órgãos Sociais da ARCIAL que foram recentemente empossados e desejar-lhes as maiores felicidades nestas suas novas funções tão nobres.

Não poderíamos também deixar de agradecer todo o esforço, empenho e dedicação à frente desta instituição pala anterior direção liderada pela Dra. Rosa Neto que conduziu da melhor forma nos últimos anos os destinos desta instituição de referência.

Feita esta referência, gostaria de começar por sublinhar a nossa estranheza pela data de marcação desta Assembleia Municipal.

Gostaríamos de saber, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, se houve algum motivo extraordinário para que não fosse marcada para o final do corrente mês como seria normal e expectável que assim fosse. Ou se foi uma mera opção aleatória. É que fica-nos a ideia de que esta foi marcada um pouco à pressa, atabalhoada, e em cima do joelho.

Uma consequência disso foi o envio tardio do Ponto VI que não nos permitiu, e creio que a nenhum Deputado desta Assembleia, uma análise detalhada sobre este Ponto devido a este procedimento.

Ainda na sequência disto, também estranhámos o não aparecimento de um Ponto ou a não inclusão no Ponto VI da Ordem de Trabalhos para serem apresentados os resultados e números que o Sr. Presidente da Câmara veio anunciar em relação à poupança de luz com o Programa da Eficiência Energética.

À semelhança do que já foi aqui referido pelo Sr. Raul, gostaríamos que o Sr. Presidente da Câmara fizesse esse esclarecimento relativamente à Eficiência Energética.

Queríamos dizer-lhe também, Sr. Presidente, que esta melhoria da Eficiência Energética e consequentemente os melhores gastos dos dinheiros públicos dever-se-ia também traduzir não simplesmente com a simples desativação dos postes de iluminação mas também com a substituição da atual tecnologia por lâmpadas LED de maior eficiência energética à semelhança, aliás, de outros Concelhos. Bem sei que isso já está previsto mas pensamos que estas já deveriam estar em funcionamento há muito tempo. Aliás, foi uma opção já aqui trazida pela oposição.

Dito isto, gostaríamos também de saber a que se deve a situação de impasse a que caiu o processo do Café Portugal?

Isto já se vem a arrastar ao longo dos anos e gostaríamos de saber se este processo sempre vai avançar ou não vai? Ou vai cair em esquecimento?

Gostaríamos também de saber qual a prioridade na agenda política deste Executivo para uma intervenção nas antigas instalações da ARCIAL?

Pela sua centralidade e pelo que representa para a história de Oliveira do Hospital pensamos que aquele espaço não deve ser deixado cair em esquecimento.

Gostaríamos que fossem feitos todos os esforços, e agora ainda mais que os fundos estruturais aí vêm, para que seja lançada uma candidatura para a requalificação daquele espaço emblemático para todos nós.

Outro assunto que aqui trazemos, e que ficou por responder na última Assembleia Municipal, é o ponto de situação em que se encontra o diferendo que o Município mantém, ou manteve, com um empreendedor turístico das Caldas de São Paulo e que já tanta tinta fez correr. Este assunto é da maior relevância para Oliveira que carece urgentemente de dormidas para os seus visitantes.

Por outro lado, venho ainda alertar para o problema em que se tornaram as barraquinhas pelo facto de terem sido montadas oito dias antes da Feira do Queijo. Estas estão a tornar-se um autêntico transtorno para os comerciantes que ali têm os seus negócios de porta aberta. Isto dito pelos próprios.

Pensamos que se deveria tentar que esta montagem fosse o mais próximo possível da data de realização do evento para minimizar estes efeitos.

Uma nota ainda sobre o Mercado Municipal: Não está em questão a sua renovação e a sua recente requalificação mas sim ao marasmo ao que o Mercado está a ser sujeito. Sem nenhuma dinâmica! Está-se a tornar um autêntico espaço morto e pensamos que aqui também deveria ser feita mais alguma coisa pelo Executivo.

Finalmente, gostaria de terminar com uma sugestão e que tem a ver com o Programa Portugal2020.

Este Programa Portugal2020 privilegia o apoio ao investimento por parte das pequenas e médias empresas. Aqui engloba IPSS, Organismos da Administração Pública e Associações. Um dos principais objetivos são o estímulo à produção de bens e serviços transacionáveis, o aumento de exportações, redução dos níveis de abandono escolar precoce, integração das pessoas em risco de pobreza e combate à exclusão e promoção do desenvolvimento sustentável. Estas são as principais prioridades do ciclo de programação que agora se inicia.

Assim sendo, pensamos que se trata de uma oportunidade única para o nosso Concelho lançar o seu tecido produtivo que já foi uma das suas principais armas no distrito de Coimbra e, neste âmbito, gostaríamos de sugerir que o Sr. Presidente e o seu Executivo faça o seu trabalho de casa e incentive e ajude, dentro das suas possibilidades, o tecido empresarial e todas as nossas coletividades com, por exemplo, colóquios, *workshops*, ou outras formas que achar conveniente, como forma de ajudar estes a elaborar as suas eventuais candidaturas a este programa.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente, trago aqui duas questões para este Período de Antes da Ordem do Dia. Aliás, eu penso que estas duas questões já foram focadas, no entanto, uma delas vai complementar um pouco a intervenção da Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira sobre a saúde.

Sobre a saúde, eu penso que já toda a gente se apercebeu do que é que se passa neste Concelho em termos de saúde. Os Municípios reclamam e têm razão. Reclamam junto das Juntas de Freguesia, dos Presidentes de Junta. Reclamam junto da Câmara. Em fim, quem está mais à mão, quem está mais perto para ouvir as suas lamentações. Mas, infelizmente, e isso é que é o grande mal, é que nós muitas das vezes nos sentimos impotentes para dar a volta às situações e para as resolver.

Eu sei o que é que o Sr. Presidente da Câmara tem feito nesta matéria. O que eu não percebo e não entendo é que tenhamos um Governo desgraçado neste País que corta em tudo. Se cortassem nos dinheiros que dão aos bancos eu até admitia, agora que cortem, e da forma como têm cortado, particularmente em duas áreas, como é o caso da Educação e da Saúde, isso, sinceramente, é que não se entende.

Até há pouco tempo dizia-se que era o melhor Ministro da Saúde que passava pelos Governos deste País!

Bom, meus amigos, realmente está à mostra o grande Ministro que este Governo tem na área da saúde deste País. Efetivamente ele foi para lá fazer um papel como já tinha feito na parte das contribuições e impostos que foi, efetivamente, arrecadar dinheiro para os bolsos do Estado. E foi exatamente aquilo que ele foi fazer. Foi brincar com a saúde dos Portugueses, foi poupar dinheiro ao Estado e o resultado está à vista. Os médicos fugiram para a privada, outros emigraram, cortaram-lhes os vencimentos e cortaram-lhes uma série de regalias e os médicos pura e simplesmente disseram: meus amigos fiquem lá com a vossa saúde, com o vosso SNS, que nós vamos tratar de outra vida. E foram, e muito bem! Eu, se calhar, se estivesse no papel deles, fazia o mesmo. E chagamos à desgraçada da situação em que estamos hoje!

Mas não basta! Porque ainda há dias abriram um concurso para duzentos e cinquenta médicos e concorreram oitenta e cinco.

Onde é que estão os médicos? Fugiram! Fugiram do SNS! E fugiram porque eles quiseram que eles fugissem! Puseram-nos a andar! Também os

mandaram Emigrar! E alguns Emigraram e foram-se embora. Todos nós sabemos! Por isso temos as populações da maneira que temos. A responsabilidade é única e simplesmente de dois partidos. Que é o PSD e é o CDS! É o Governo que nós temos!

Agora, o que eu não entendo é haver tanta gente calada porque o nosso Centro de Saúde já estaria encerrado por vontade deste Governo e pelos responsáveis deste Governo e é isto que tem de ser denunciado.

Não têm que ser os Presidentes de Junta, nem tem que ser o Presidente da Câmara ou o seu Executivo, que têm que resolver o problema da saúde no Concelho.

Que tem que resolver este problema da saúde é o Governo e é este Ministro da Saúde. Não o estão a resolver e querem-nos fechar o Centro de Saúde. Isto é que tem de ser dito às populações.

Que não venham dizer que o responsável é o Presidente da Junta ou o Presidente da Câmara que não defende os interesses das populações nesta matéria. Isto é que tem de ser denunciado.

Agora, Sr. Presidente da Câmara, eu também queria saber, porque não basta a questão dos médicos, agora também já vamos nos enfermeiros! Porque na Extensão de Saúde da minha terra estava lá uma Enfermeira praticamente a tempo inteiro e ultimamente já não está a tempo inteiro porque tem que trabalhar no Seixo da Beira e a outras localidades e as pessoas que precisam de Enfermeira e já não têm!

Sr. Presidente da Câmara, havia um projeto e foi investido dinheiro público numa Unidade Móvel de Saúde que está na Fundação Aurélio Amaro Dinis. Porque é que não se põem Enfermeiros a trabalhar naquela Unidade Móvel, tal como já tinha sido dito antes, e se põe essa Unidade Móvel a ir a determinados locais do Concelho onde há populações carenciadas que não têm médico nem Enfermeiro?

A ARS também tem que responder a isso! Não é a Câmara que tem a obrigação do Pelouro da Saúde. Quem tem essa obrigação é o Governo e esses é que têm de ser responsabilizados.

Quanto a outra questão que aqui foi levantada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Seixo da Beira, que tem a maior Freguesia de maior área do Concelho, e a seguir vem a minha, a União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, temos um problema, como seguramente também outros Presidentes de Junta têm. É o problema dos madeireiros. Isso é um problema

que não se passa só neste Concelho. Passa-se em mais Concelhos nossos vizinhos porque eu sei! Até já foi notícia de jornal.

Sr. Presidente, eu acho que deve ser feita, no meu entender, uma campanha de sensibilização junto dos madeireiros e dos industriais de madeiras do nosso Concelho, até porque há outros que vêm de fora e esses nós não os conhecemos e não sabemos quem são, tem que passar por uma campanha de sensibilização, para que eles não degradem os caminhos florestais e agrícolas da forma como tem vindo a ser feito e da forma como nós temos assistido. Depois vêm as populações dizerem aos Presidentes de Junta que não podem ir às suas propriedades porque lhes estragaram os caminhos. As Juntas gastam dinheiro a comprar aquilo que os outros estragam.

Sr. Presidente tem que haver medidas, para já com uma campanha de sensibilização e a partir daí se as coisas não mudarem então teremos que tomar outras medidas.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares, que fez a seguinte intervenção:

“De facto aquilo que eu tenho ouvido nesta tribuna, hoje, vem dar razão exatamente aos dois temas e a dois assuntos que eu quero trazer aqui à ribalta política e lançar a discussão nesta Assembleia para que todos possamos ter ideias claras e ter uma posição muito definida.

Nomeadamente esta última intervenção vem-me dar razão, e todas as outras também foram um bocadinho nesse sentido.

Na minha perspetiva hoje o País está de luto porque acaba de ser aprovada legislação que transfere para as autarquias competências nas áreas da educação e da saúde. E nós acabámos de ouvir que não compete às Juntas de Freguesia, nem compete às Câmaras Municipais, resolver o problema da saúde.

Algumas autarquias ficam contentes e já tiveram posições públicas dizendo que é bom essa transferência de competências nesta duas áreas porque está em jogo a transferência de algumas verbas. Só que é uma ilusão! Sabemos que com a transferência de competências não são transferidas as devidas verbas em valores aceitáveis.

Penso que assistimos, mais uma vez, ao esvaziamento do Estado Social e por isso eu digo que o País está de luto!

Sr. Presidente, sabemos que tanto na primeira, como na segunda, república foi implementada a municipalização da educação. Alguns de nós

lembram-se de ouvir falar das Escolas das Câmaras. Era assim que eram chamadas. Contudo o que isso tinha de bom e com tudo o que isso teve de mau porque foi muito, muito, muito mau! Os resultados quais foram?

Nem toda a gente teve acesso à Educação e houve assimetrias graves a nível da Educação que se criaram neste País e que tiveram reflexo nas gerações futuras. É isto que temos. É por isto que eu estou apreensivo.

O poder central é que deve assegurar estas duas áreas porque, se não, qualquer dia temos uma terceira, que é a segurança, também a passar para as autarquias. São três áreas fundamentais que têm de ser assumidas pelo poder central.

A Educação é uma prioridade, A Saúde é outra prioridade.

Queria saber qual é a posição deste Executivo, qual é a posição da Câmara Municipal, relativamente a estes dois pontos nomeadamente relativamente à transferência de competências nas áreas da Educação e da Saúde. Já há uma posição definida? Qual é a posição da Câmara Municipal?

Foi hoje publicada legislação e por isso é que lanço este assunto para a discussão política porque acho que é oportuno.

Qual vai ser a posição do Executivo, nomeadamente nos órgãos que integra: A CIM e a Associação Nacional de Municípios.

Acho que foi a “machadada” que aqui foi dada no Estado Social.

Relativamente à Saúde a minha posição é pública. Já assumi publicamente, nomeadamente numa carta aberta que dirigi ao Sr. Ministro da Saúde e à qual não obtive resposta. Acreditem que vou enviar a mesma carta as vezes que forem necessárias até ter uma resposta. Nem que seja a dizer que não têm resposta.

Deixo estas duas situações para que possamos refletir e tomar uma posição.

Gostava de saber o que é que a Câmara pensa sobre estes dois assuntos?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“O assunto que eu queria aqui falar já aqui foi referido: Refiro-me á Saúde.

Eu faço parte de uma Freguesia situada nos limites do Concelho, com uma população envelhecida e com assistência médica diminuta.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, o que é que se passa com a Unidade Móvel, que está prometida, que já foi falada muitas vezes e ainda não começou a funcionar?”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Gostaria de cumprimentar um homem com raízes Nogueirenses, meu amigo, o Sr. Presidente da Comissão Política do CDS, o Dr. Nuno Alves, por estar a ocupar neste momento tão honrosas funções. Fico satisfeito por ver um homem com raízes Nogueirenses ter estas funções. Desejo-lhe as maiores felicidades no seu mandato.

Gostaria de saudar a nova direção da ARCIAL e os seus Órgãos Sociais e desejar-lhes as maiores felicidades e sucesso nas suas funções. Saudar também a direção que cessou funções. Devem estar com espírito de serviço feito e desejar-lhes também felicidades para a sua vida futura.

Já foram aqui falados alguns assuntos que são comuns a várias freguesias mas relativamente à minha Freguesia quero abordar o assunto da Estrada Nacional nº 17, nomeadamente no troço compreendido entre as Vendas de Galizes e o Senhor das Almas.

A Freguesia de Nogueira do Cravo tem substituído algumas instituições públicas na reparação da Estrada Nacional nº 17 em obras de restauro, limpeza e conservação de valetas daquela via.

O ano passado fizemos um ofício às Estradas de Portugal e obtivemos resposta há poucos dias: O Sr. Eng.º Francisco Manuel Miranda, Diretor Operacional do Centro Norte das Estradas de Portugal respondeu-nos que “*é seu objetivo e que está prevista a beneficiação daquele troço bem como a requalificação dos passeios e das bermas existentes.*”

Eu pegava nas palavras do Sr. Diretor Operacional do Centro Norte das Estradas de Portugal, e pedia ao Sr. Presidente da Câmara que intercedesse por nós ativamente no sentido de ele cumprir com aquilo que nos fez chegar à Junta de Freguesia. É de aproveitar esta abertura, este diálogo, e não se pode deixar que isto caia no esquecimento, porque aquela zona está cada vez mais degradada, passam lá milhares de pessoas diariamente.

Em relação aos esgotos e saneamento básico na Freguesia continuamos com o mesmo problema. Toda aquela zona compreendida entre as Vendas de Galizes, o Senhor das Almas e junto às novas instalações da Santa Casa da

Misericórdia, que brevemente estarão concluídas as obras, há ali um problema de saneamento básico que tem de ser resolvido rapidamente.

Apelava ao Sr. Presidente da Câmara, para que junto das instâncias competentes resolvesse este problema o mais rápido possível.

As pessoas daquela zona também pagam impostos e como tal também têm os seus direitos, têm os mesmos direitos que os outros. Muitas vezes dizem que não se sentem cidadãos da freguesia. Como têm a Estrada Nacional ali à sua porta bastante degradada, os passeios e as bermas, e além disso não têm esgotos e saneamento básico.

Eu até propunha, se isso fosse possível de acordo com a capacidade financeira do Município, enquanto essa situação do saneamento básico não estivesse resolvida, que se fizesse um estudo para isentar aquelas pessoas das taxas inerentes ao esvaziamento das fossas sépticas. É um problema que eu gostava que fosse estudado.

Relativamente aos caminhos florestais quero dizer que é um problema bastante grave. Cerca de oitenta por cento das reclamações que recebemos na Junta de Freguesia prendem-se com esta situação.

As empresas de madeiras passam com os veículos de grande dimensão por todos os caminhos e passam por cima de toda a folha, como se costuma dizer, e danificam bastante os caminhos.

A Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo comprou recentemente sessenta toneladas de *tout-venant* e em articulação com os Serviços Técnicos do Município procedeu-se à reparação de vários caminhos florestais da Freguesia. Neste momento já passaram vários veículos pesados por esses caminhos, eu até peço às pessoas que os veem passar que tirem as matrículas, porque essas empresas têm que ser responsabilizadas pela reparação desses caminhos. A Junta de Freguesia e a Câmara Municipal não podem andar constantemente a arranjar os caminhos florestais com o dinheiro dos contribuintes.

Queria agradecer ao Sr. Presidente da Câmara, ao seu Executivo e aos seus Técnicos Municipais pelo esforço que fizeram, em conjunto com a Junta de Freguesia, na reparação dos Caminhos Florestais da Freguesia de Nogueira do Cravo.

Há algo que me preocupa, e que preocupa os Nogueirenses no geral, que é a estrada de ligação do Senhor das Almas a Nogueira do Cravo. Eu gostava que a reparação da estrada fosse feita o mais rapidamente possível. Trata-se da entrada principal para a Freguesia e que tem um grande fluxo de trânsito. É uma

estrada que se encontra cada vez mais degradada. A Junta de Freguesia tem procedido a algumas obras de restauro nas bermas.

A Freguesia de Nogueira do Cravo tem quase dois mil e quinhentos habitantes e neste momento temos muito poucas sepulturas disponíveis. A Junta de Freguesia já comprou um terreno ao lado do Cemitério para que se possa fazer a ampliação e gostaria que essa situação também fosse resolvida o mais rapidamente possível.

Em relação à Saúde, nomeadamente à falta de médicos, quero referir que a Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo fez um ofício dirigido ao Sr. Presidente da ARS e com conhecimento ao Sr. Ministro da Saúde, ao Grupo Parlamentar da Saúde, à Câmara Municipal e até agora só tivemos resposta do Grupo Parlamentar da Saúde na Assembleia da República.

Todos nós ouvimos as conversas dos cidadãos utentes do Centro de Saúde de Nogueira do Cravo.

Gostaria que fossem feitos esforços no sentido de se resolver esse problema porque sabemos que há um médico que tem interesse em fazer serviço no Concelho e por isso gostaria que fosse contratado o mais rapidamente possível.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Quero dar conhecimento de uma carta aberta que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos enviou ao Sr. Ministro da Saúde. É uma carta muito bem feita, diagnosticando os problemas como eles devem ser diagnosticados. Fica aqui da minha parte o reconhecimento pela proficiência que pôs nesta carta.

Quero, também, voltar a falar de novo na questão do IC6 e IC7, versos Estrada Nacional 17, Estrada 230: Só recordar que em dois mil e três o Dr. Durão Barroso prometeu ao Prof. Mário Alves, não sei se ele está aí, que procedia de imediato ao segundo lance da estrada.

Como sabem, não só, não cumpriu, como deixou prescrever o processo de levantamento do impacto ambiental, assim como a declaração de zona *non edificandi*, que é um espaço onde não se pode construir.

Depois, em dois mil e cinco o processo teve que ser começado a partir do zero, daí que o Governo que entrou em funções em dois mil e cinco fez o chamado segundo lance que é o que está hoje feito.

Mas, o Governo fez mais! O Governo fez também o levantamento do impacto ambiental e uma declaração de zona *non edificandi* até ao cruzamento de Oliveira do Hospital. Como sabem, há uma zona, aqui ao nosso lado direito, que já está demarcada como zona onde se não pode construir. Ou melhor, estava.

Dizem-me agora que, passados três anos, o processo do impacto ambiental e a zona *non edificandi* que prescreveu. Isto é, as pessoas já podem construir outra vez e o Governo que vier a seguir em setembro vai ter que começar tudo de novo.

Nós já tínhamos percebido que o IC6 e o IC7 com este Governo não iam continuar. Já se falou muito nisto e não vamos perder mais tempo.

Agora, queria trazer aqui uma referência que é esta: O não fazer é uma opção do Governo. O Governo pode dizer que não o deve fazer e que Oliveira já está servida, que não há dinheiro, que a Comissão Europeia não deixa fazer mais estradas.

Agora, o Sr. Ministro do Desenvolvimento Regional, vir para Tábua e fazer uma afirmação profundamente capciosa e provocatória, isso é outra coisa!

Se repararem, o Sr. Ministro disse que o IC6 e o IC7 dependem da capacidade orçamental do Governo. Isto é uma vergonha! Porque o orçamento é aquilo que lá põem e portanto não é da capacidade orçamental do Governo, é da decisão política do Governo por lá, ou não pôr o valor para fazer a estrada. Isto é uma afirmação que qualifica quem a faz!

Como saberão, também, o IC7 até à A25, em termos de orçamento são trocos. É um valor muito pequeno e há fundos no orçamento para fazer esta estrada.

Portanto, não vale a pena o Sr. Ministro fazer aqui este tipo de afirmação porque é uma afirmação que nos envergonha a todos. Alias, não é por acaso que ela apareceu na primeira página deste jornal.

Dito isto, e não havendo IC6 e IC7, em minha opinião, nós não podemos continuar a aceitar a degradação da Estrada Nacional 17 versus Estrada 230.

Eu já não circulo por lá, nomeadamente entre as Vendas de Galizes e o cruzamento para Avô, e como nestas coisas não perdi a característica de Membro reivindicativo, queria dizer ao Sr. Presidente da Câmara o seguinte: Sr. Presidente da Câmara em minha opinião o Senhor deve juntar-se com outros Presidentes de Câmara e deve juntar-se com a oposição do Concelho porque foi dito, aqui, pela oposição, nomeadamente pelo Dr. Nuno Vilafanha na Sessão anterior, que na Estrada 230 só com Jipe é que lá se pode passar,

portanto o Sr. Presidente da Câmara tem aqui massa crítica suficiente para obrigar as Estradas de Portugal a tornar transitáveis estas duas estradas no curto prazo. Nem que seja torná-las intransitáveis de uma vez por todas. Torne-as intransitáveis de uma vez por todas. Chame a Comunicação Social e, com certeza, o Governo vai tomar isto em atenção porque o Governo tem de perceber que aqui mora gente.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Vou tentar ser sintético e responder a todas as perguntas que foram feitas mas não me peçam para responder a perguntas que eu não sei. Também quero dizer que nenhum tipo de pergunta me incomoda desde que essa pergunta seja feita numa perspetiva de defesa do Concelho. Mas não estou para responder a perguntas que não estão relacionadas com os interesses do Concelho e que são perguntas sobre assuntos que não me dizem respeito enquanto Presidente do Município.

O Dr. Nuno Vilafanha falava sobre a perspetiva Hoteleira no Concelho mas eu não sou empresário do ramo de hotelaria. O que eu faço é reunir com os intervenientes do processo relativo ao Hotel São Paulo. Já reuni três vezes, mas as pessoas a determinada altura passaram a falar com os advogados. Eu neste processo fiz a minha obrigação que foi juntá-los três vezes só que a partir de uma determinada fase eles passaram a falar com os advogados.

Também quero dizer que chamei aqui o Dr. Luis Lagos aquando da discussão do orçamento para dois mil e quinze mas, o Dr. Luís Lagos, nessa altura, esqueceu-se de trazer esta proposta para o IMI e podia ter apresentado essa proposta nessa altura.

Quero dar os parabéns ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo da Beira pela sua primeira intervenção, depois de cinco anos, e realmente foi por uma boa razão porque há uma empresa a instalar-se na Zona Industrial da Cordinha. Também me quero congratular por isso até porque houve outros que durante dezasseis anos consecutivos não arranjaram nenhuma empresa para se instalar naquela Zona Industrial. Nós já conseguimos a primeira empresa e só cá estamos há seis anos. É uma grande diferença. Em dezasseis anos, zero! E ainda temos muitos anos neste mandato para lá colocar mais algumas. Isto é um sinal positivo como muito bem disse o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo da Beira.

Quanto ao assunto dos madeireiros quero dizer o seguinte: Tem havido um conjunto de queixas e a Câmara Municipal tomou posições radicais. Hoje, os nossos Agentes da Guarda Nacional Republicana têm estado muito ativos. Até têm estado muito ativos na Estrada Nacional 17. Era bom que o Governo fizesse o IC6 e o IC7 para que os nossos automobilistas e os nossos Municípes não fossem tantas vezes multados por excesso de velocidade. Se tivéssemos o IC6 construído poderíamos transitar nessa via a cem quilómetros hora e na Estrada Nacional 17 temos muitas zonas com limite de velocidade de cinquenta quilómetros por hora. Por isso somos penalizados também pelas multas que nos aplicam por não termos o IC6 e por este Governo não ter feito nada para o concretizar porque não demonstrou, até hoje, nenhuma vontade política para o fazer. Isso é que é grave, meus caros amigos!

Relativamente aos madeireiros a Câmara Municipal já fez algumas coisas interessantes. Todos os que falaram neste assunto têm toda a razão porque as Juntas de Freguesia, com os seus poucos recursos, e a Câmara Municipal reparam os bens públicos que eles destroem. Neste momento não há legislação que proteja o Município ou as Juntas de Freguesia mas há competências que a Câmara Municipal pode exercer e, por isso, em determinados caminhos colocou sinais de proibição de circulação de veículos pesados. Agora, é competência da GNR fiscalizar esta circulação.

Também é preciso dizer que os madeireiros não são todos iguais porque existiram alguns madeireiros conscientes e que colaboraram com a Câmara Municipal na requalificação de caminhos.

Sobre o nemátodo e relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge: O Sr. Presidente da Junta de Freguesia trouxe este problema e digo-lhe que o Senhor tem toda a razão. Foi notícia, ontem, a posição de Departamentos Governativos a defenderem o eucalipto indo contra a posição da QUERCUS.

Relativamente ao corte dos pinheiros esta decisão não é da Câmara é do Instituto Nacional de Conservação da Floresta mas, por norma, pedem-nos um parecer que não é vinculativo.

Sabemos que tem havido um grande aumento de plantação de eucalipto licenciado pelo Instituto Nacional de Conservação da Floresta. Sabemos que são feitos grandes negócios entre grandes *lobbies* com a plantação de eucalipto. Sabemos da atribuição de licenças para plantações de eucalipto sem que a Câmara Municipal tivesse dado nenhum parecer. A Câmara Municipal tem manifestado a sua preocupação relativamente a este assunto. A PORTUCEL, há

dois anos, quis colocar um eucaliptal aqui, quase nas portas da cidade, na quinta da Costa, e o Presidente do Município deu parecer negativo, e fez tudo, para que eles desistissem dessa plantação.

Relativamente à situação de Meruge, na nossa opinião, o que lá está é ilegal porque não houve nenhum parecer da Câmara Municipal. E por isso, de acordo com o nº 1, do artigo 17º, do Decreto-Lei nº 96/2013, de 19 de julho, no que concerne à “*Competência de fiscalização e contraordenacional. 1 – A fiscalização e controlo da aplicação e do cumprimento do presente decreto-lei competem ao ICNF, I.P., à Guarda Nacional Republicana (GNR) e às demais entidades fiscalizadoras competentes, bem como aos municípios.*”

Por isso esta situação foi também relatada para a GNR para que fiscalizasse estas situações que aqui foram referidas.

Da nossa parte, da parte do Presidente do Município e da parte do Gabinete Florestal da Câmara Municipal, temos combatido a plantação de eucaliptos no nosso Concelho.

O Senhor Deputado Carlos Inácio referiu o assunto das PME de excelência do Concelho e destacou o trabalho dos empresários.

Nós estamos contentes com estas PME de Excelência do Concelho e no dia da Cerimónia de abertura da Festa do Queijo, pelas onze horas, a Câmara Municipal vai distinguir todas estas empresas.

Pena é que este Governo não concretize os IC6 e IC7!

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Raul Dinis quero referir que é verdade que aprovámos o Plano de Estratégia Local de Desenvolvimento da ADIBER, em conjunto com muitas entidades, com este salão cheio, com cento e vinte e quatro instituições representadas.

Eu também me congratulo com a aprovação deste Plano de Estratégia Local de Desenvolvimento da ADIBER e também porque se realizou em Oliveira do Hospital.

A cidade de Oliveira do Hospital acaba também de se candidatar, através da ADIBER, ao DLBC-Urbano (Desenvolvimento Local de Base Comunitária). Foi hoje submetida a candidatura que engloba só as localidades de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, ou seja, só a área da cidade.

No Distrito de Coimbra só quatro cidades é que se podem candidatar. Essas cidades são: Figueira da Foz; Cantanhede; Oliveira do Hospital e Coimbra.

Sobre o Programa da Eficiência Energética dou aqui algumas notas: Não sei se repararam mas neste Salão Nobre já estamos a poupar cerca de noventa

por cento na fatura da energia elétrica porque já foram substituídas as lâmpadas existentes por lâmpadas LED.

Mas fizemos mais!

Esta equipe da Eficiência Energética é responsável por uma grande poupança na fatura energética da Câmara Municipal.

Alguns acham que se criou esta equipa de Eficiência Energética para alguns afilhados, mas estão enganados!

Temos aqui os resultados. Mas temos mais!

Esta carta chegou no dia nove. Fizemos uma candidatura ao POVT, uma candidatura de substituição de luminárias por LED, que acaba de ser aprovada, no valor de sessenta e cinco mil euros.

Esta candidatura foi feita por esta equipe da Eficiência Energética e vai proporcionar a substituição, aqui na zona central da cidade, de cento e dezanove luminárias por LED's.

Há aqui um trabalho muito interessante que demonstra que estamos a trilhar o caminho certo.

Como resultado do trabalho desta equipe de Eficiência Energética, para o ano, a fatura da energia terá uma diminuição prevista de cerca de cento e vinte e cinco mil euros.

Quando os recursos são menos temos que ter a capacidade de perceber onde é que podemos cortar.

Para que possam avaliar melhor o trabalho desta equipe dou como exemplo o caso da fatura energética da rotunda junto do Centro de Saúde: Em dois mil e treze pagámos dezasseis mil seiscentos e sessenta e seis euros. Com as medidas que tomámos, este ano pagámos seis mil e oito euros. O que dá logo, só numa rotunda, uma diminuição de cerca de dez mil e seiscentos euros. Temos também outros locais que precisam de ser novamente trabalhados para que estes valores ainda possam melhorar.

Na fatura energética respeitante aos *Mupies* que estão espalhados na cidade já foi poupado cerca de cinco mil euros.

No acerto das leituras, porque há muitos edifícios que a EDP não consegue ler, nós tínhamos pago a mais sessenta e quatro mil quinhentos e setenta e nove euros e por isso há aqui um bom trabalho.

Esta Equipe da Eficiência Energética tem trabalhado no âmbito de um protocolo feito com a ADESA e por isso vai também trabalhar junto de outros Municípios que integram a ADESA. O Concelho de Oliveira do Hospital foi pioneiro na adoção destas medidas e por isso registou com satisfação que os

outros Municípios tenham interesse em efetuar o mesmo trabalho que foi desenvolvido por esta Equipe em Oliveira do Hospital.

Hoje é o Dia Mundial da Rádio. Eu também não podia deixar de dar os parabéns à Rádio Boa Nova. Hoje já tive a oportunidade de felicitar a rádio nos microfones da Rádio Boa Nova.

Relativamente à questão da Saúde quero dizer o seguinte: É dramático quando um Presidente de um Município tem conhecimento, às oito horas da manhã do dia vinte e quatro de dezembro, do possível encerramento do SAP, no período das vinte às oito horas, devido a carências de profissionais médicos no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital para assegurar a escala de serviço e propondo como alternativa o envio de utentes para Tábua ou Arganil.

Há pessoas que têm responsabilidades com a situação de carência de médicos no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital mas não sou eu que tenho essas responsabilidades.

Nesse mesmo dia vinte e quatro de dezembro foi possível, em conjunto com o Dr. Avelino Pedroso que é o responsável por esta área, invertermos este processo de encerramento.

Neste momento decorre um concurso para a colocação de três médicos em Oliveira do Hospital.

Espero que brevemente o problema da falta de médicos no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital esteja resolvido.

Eu fiz aquilo que tinha que ser feito e não preciso de elogios porque o maior elogio é que os nossos utentes tenham direito à saúde tal como disse a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Dra. Olga Bandeira, que está consagrado na Constituição.

Esta é uma batalha que não é só do Presidente da Câmara Municipal é uma batalha de todos os Oliveirenses.

Temos que louvar a disponibilidade dos médicos e dos enfermeiros de Oliveira do Hospital que têm feito um trabalho extraordinário.

Quero também felicitar o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos pela sua tomada de posição pública e pela sua carta aberta.

Havia uma forma rápida com a qual o Sr. Ministro da Saúde poderia resolver este problema bastava permitir que os médicos que estão aposentados pudessem trabalhar vinte horas porque era o suficiente para termos em Oliveira do Hospital este problema resolvido. Com esta medida provisória o Ministério da Saúde gastava muito menos e bastaria isto para resolvermos o problema da falta de médicos em Oliveira do Hospital.

Temos que ter consciência de que se isto continuar assim, não é só a população de Lagares da Beira que não tem médico de família, fica sem médico de família cerca de sessenta por cento da população do Concelho, e isto é dramático.

Este é um problema que me preocupa e é um processo que não abandonarei, é um processo difícil e muito complexo.

Sobre a Unidade de Saúde Móvel há uma coisa que me preocupa porque a Câmara Municipal investiu dinheiro na Unidade Móvel e a unidade Móvel custou cem mil euros. Foi participada, com sessenta por cento, pela ADIBER e foi participada pela Câmara Municipal com quarenta por cento. Por isso, é o dinheiro de todos. Esta Unidade Móvel tem que se pôr a funcionar o mais depressa possível.

A Administração Regional de Saúde pela primeira vez disponibilizou-se para ceder dois enfermeiros mas o problema é que a Fundação Aurélio Amaro Dinis vem dizer que cede, numa parceria com a Câmara Municipal, os enfermeiros. Nós precisamos de resolver este problema entre o Município e a Fundação Aurélio Amaro Dinis.

Estão escolhidas duas Freguesias piloto para este projeto que são Lourosa e São Gião. Aldeia das Dez será a terceira Freguesia.

Da parte do Município não faltarão meios financeiros para colocar a Unidade Móvel em funcionamento.

O Dr. Nuno Vilafanha fez aqui um conjunto de afirmações: Relativamente ao Café Central quero dizer-lhe que a obra do Café Central não é minha, é uma obra do Executivo anterior e o Senhor representa o partido desse Executivo anterior.

Relativamente a alguns dos defeitos que foram apontados na obra do Café Central tenho que lhe dizer que a empresa responsável pela obra não tinha que os corrigir porque eles não eram deficiência do projeto e por isso quero dizer-lhe que da parte da Câmara Municipal não há qualquer tipo de responsabilidades porque todos os defeitos da obra nomeadamente nos passeios foram corrigidos dentro do prazo de garantia da obra.

A Câmara Municipal não pode responsabilizar a empresa que executou a obra do Café Central em assuntos que não teve responsabilidades. O problema é que alguns dos defeitos da obra serviram de pretexto para não se pagar a renda. E aqui é que começa todo este problema.

A Câmara Municipal não perdoou nenhuma renda do Café Central. Há aí uma grande confusão, até porque no processo que decorre em tribunal a Câmara

Municipal pediu o pagamento das rendas do Café Central acrescidas dos respetivos juros.

O problema do Café Central está a ser resolvido em tribunal. Já foram feitas diversas diligências. Os advogados das partes envolvidas tentaram entrar em acordo mas a Câmara Municipal não abdica das rendas em atraso, acrescidas dos respetivos juros, e o arrendatário solicita uma indemnização de onze mil euros. De qualquer das maneiras o Presidente do Município não tem autoridade suficiente para fazer acordos e por isso este assunto teve que ser decidido em reunião de Câmara Municipal.

Quero dizer-lhe que por uma questão de princípio e por uma questão de amizade com o pai do empresário que arrendou o Café Central, por mim, não se fariam acordos e o processo avançava para julgamento mas eu não sou o dono da Câmara como alguns querem e querem fazer querer que sou. Eu obedeco às regras democráticas e sobre este assunto também ninguém me ensina nada porque não houve nenhum prejuízo para a Câmara Municipal.

Dr. Nuno Vilafanha, sobre a Festa do Queijo; Quanto custa a TVI; nós não somos contra as festas: Eu quero dizer-lhe o seguinte: O Senhor não tem uma ideia para o Concelho porque eu chamei-o algumas vezes para vir a algumas reuniões para que me desse algumas ideias e o Dr. Nuno Vilafanha nunca trouxe nenhuma ideia, nunca trouxe uma visão para o Concelho.

O Senhor tem razão, esta Festa do Queijo é o maior acontecimento em Oliveira do Hospital e há quem ache, que a Feira do Queijo é só para vender muito queijo ou para vender muito enchido. Mas isso é errado! Também é para isso, mas é muito mais do que isso.

Hoje a Feira do Queijo é um acontecimento com uma grande mediatização.

Sei que às vezes dá jeito a algumas pessoas dizerem: “Quanto é que leva a TVI?”

Eu não consigo perceber! Parece que não sabem como é que isto funciona. Alguns tinham a obrigação de saber como é que funcionam estas coisas!

Todos sabem que estes assuntos estão referidos nas atas e que todos os documentos ficam anexos às respetivas atas e por isso o Senhor se quiser vai ao Gabinete da Assembleia Municipal e consulta os processos com todas as despesas e faturas da EXPOH de dois mil e doze, de dois mil e treze e de dois mil e catorze. Não há nada mais transparente do que isto! Sobre a Feira do Queijo é igual.

O Senhor diz o que pretende consultar e eu disponibilizo os processos para consultar e o mesmo acontece para qualquer outro Deputado Municipal que o pretenda fazer. Agora, não me peçam para vos enviar três mil, ou quatro mil, documentos para casa!

Os documentos estão todos no Gabinete da Assembleia Municipal e podem tirar fotocópias a todos os documentos sobre os quais tiverem dúvidas.

Tenso que ser claros porque parece que nós escondemos aqui alguma coisa.

Eu disse numa Assembleia Municipal que a EXPOH, este ano, não deve passar os quarenta e cinco mil euros. Isto está escrito.

Quando projetei a EXPOH eu disse que a EXPOH não devia ultrapassar os quarenta e cinco mil euros e realmente não ultrapassou muito, mas houve quem fizesse umas contas interessantes e foi registar os quarenta e cinco mil euros, mais o subsídio que foi para a ADI, e mais umas contas que dão jeito mas que não são verdadeiras. As contas estão ali! As contas foram claras.

Houve uma primeira fase em que as contas eram cerca de cinquenta mil euros e depois houve algumas despesas, depois desse apuramento, e tinha mais três mil euros e por isso o valor foi retificado.

Estão aí as contas. Se alguém quiser pode verificar quanto custou a TVI e todo o resto.

O Dr. Nuno Vilafanha fez referência à Feira do Fumeiro de Vinhais e a TVI também lá foi.

Os Senhores têm razão numa coisa, porque nós lembramo-nos da Feira do Queijo que vocês organizavam.

Eu lembro-me particularmente da Feira do primeiro ano. Eu lembro-me do que era aquilo! Lembram-se?

Era no Mercado Municipal, duas horas ou três, e era uma grande Feira do Queijo. Olhe! Gastava-mos muito dinheiro a pagar às pessoas que lá vendiam, porque aquilo também dava jeito, e nós acabámos com isso e já não pagamos às pessoas para irem. Tirando os produtores de Oliveira do Hospital, todos os outros vendedores pagam para cá vir. E sabem quantos vendedores vamos deixar de fora porque já não há espaço? Deixamos de fora perto de duzentos.

Derivado à dimensão que ganhámos temos hoje dois parceiros fortíssimos que são o Crédito Agrícola Nacional que nos ajuda no pagamento das despesas e temos também o Licor Beirão, um produto de qualidade, com o qual foi feita uma parceria.

Nós trabalhamos e temos estratégia.

Diz-se que não sabemos bem qual é o retorno mas nós sabemos bem qual é esse retorno e as pessoas também sabem.

O Dr. Nuno Vilafanha está enganado e não conhece o Concelho. Eu às vezes até fico arrepiado!

O Senhor sabe quantas Unidades de Turismo Rural tem este Concelho?

O Senhor não conhece!

Temos uma dezena de Unidades de Turismo Rural.

Então, mas não me deixam falar?

Quando o Dr. Nuno Vilafanha esteve a falar eu estive calado. Está-vos a custar ouvir?

É bom que também leiam as atas da Câmara Municipal. O CDS até se pode desculpar que não tem lá ninguém mas o PSD até tem lá uma Vereadora!

Também há outra coisa que é interessante saber-se, e a publicação das atas, agora, não andam atrasadas: Todos os documentos aprovados em reunião de Câmara ficam anexos à respetiva ata e por isso os Senhores podem consultar tudo porque é tudo público.

Onde é que está a falta de transparência?

De que transparência é que estamos a falar?

Vocês querem que eu vá a vossas casas levar os documentos ou querem que eu vá à sede do PSD levar os documentos?

Se vocês querem os documentos venham à Câmara Municipal porque todos os documentos são públicos.

Sobre a Taça Hugo dos Santos queria dizer-lhe o seguinte: Eu não sei se leu, mas podia ir buscar-lhe um dos Jornais desportivos, a Bola, o Record, e ler-lhe alto o que eles escreveram sobre o organização e depois já percebia o que é que eles dizem sobre Oliveira do Hospital porque há coisas que são interessantes.

Para vendermos um nome temos que o dignificar e não o podemos abandalhar quando organizamos determinados eventos.

Com a Taça Hugo dos Santos tivemos três jogos televisionados e o Pavilhão Gimnodesportivo esteve cheio. Fez-se promoção do Concelho e sabe quanto é que isto custou à Câmara Municipal?

A Câmara Municipal gastou nisto tudo dois mil e quinhentos euros. E vou dizer-lhe em quê: Mil e quinhentos euros em despesas de funcionamento e mil euros para um subsídio no âmbito de um protocolo com a Federação Portuguesa de Basquetebol.

Tivemos uma grande jornada, que foi noticiada por todos os jornais desportivos, por dois mil e quinhentos euros.

A realização deste evento não custou somente dois mil e quinhentos euros mas houve um conjunto de parceiros e patrocinadores que subsidiaram este evento e foram eles que pagaram a restante despesa.

Mais transparência do que isto acho que é difícil.

Aproveito para dar os parabéns ao Vereador do Pelouro do Desporto porque efetivamente realiza grandes eventos com pouco dinheiro.

Sobre a Festa do Queijo ainda queria dar mais uma nota: Para mim, a Festa do Queijo é um acontecimento muito maior para a projeção do Concelho do que a EXPOH. Estamos a arranjar parceiros para que o esforço financeiros não seja somente da Câmara Municipal. Também quero dizer ao Dr. Luís Lagos que convidei um homem do CDS para a inauguração da Festa do Queijo, é uma pessoa pela qual tenho uma grande estima que é o Dr. João Almeida. O Dr. João Almeida vai ser o convidado de honra.

Sr. Deputado André Pereira, sobre as Bolsas de Estudo quero dizer o seguinte: Quando iniciei funções de Presidente da Câmara, no ano letivo de dois mil e nove, dois mil e dez, sabe quanto é que o Executivo do PSD gastava em Bolsas de Estudo?

Está aqui para que todos vejam. Estes números não são demagogia, estão referidos nas atas. O valor era de seis mil oitocentos e quatro euros em sete Bolsas de Estudo.

Sabe quanto é que gasta este Executivo?

Este Executivo atribui quarenta Bolsas de Estudo, no ano letivo de dois mil e treze, dois mil e catorze, no valor de cinquenta e dois mil seiscentos e setenta e quatro euros.

Eu sei que custa ouvir porque há pessoas que querem esquecer o passado!

O Município de Cantanhede tem o dobro do orçamento de Oliveira do Hospital. Sabem quantas Bolsas o Município de Cantanhede atribuiu?

Esta informação está no jornal "*Câmara de Cantanhede atribui doze Bolsas de Estudo a alunos do Ensino Superior no valor de dezoito mil euros*". Eu não estou a criticar o meu colega. O que eu estou a dizer é que este Executivo pratica politica centradas nas pessoas.

Relativamente ao incentivo à natalidade e ao estudo que aqui foi referido, publicado na Comarca de Arganil, quero dizer que aquele estudo não é fiável porque eu tenho os dados de todas as crianças que nascem em Oliveira do Hospital.

Até julho de dois mil e catorze a Câmara Municipal apoiou cento e cinco crianças num investimento de setenta e seis mil e duzentos euros. Neste momento são muito mais e o investimento já se encontra perto dos cem mil euros.

Relativamente à pergunta sobre a data da marcação da Sessão da Assembleia eu quero dizer que não percebo a pergunta porque é a Lei que define a marcação das Sessões da Assembleia Municipal.

No que diz respeito ao envio da documentação quero dizer que eu não votei nem participei na elaboração deste Regimento da Assembleia Municipal, contudo não há nenhum Regimento que possa substituir a Lei. A Lei diz que os documentos têm que ser entregues com quarenta e oito horas de antecedência e por isso a Lei foi cumprida. Nesta Assembleia Municipal cumpre-se com o que está estabelecido na Lei.

Relativamente ao Café Portugal quero dizer que tenho estado a acompanhar o processo. Tenho informação de que os proprietários poderão iniciar as obras entre os meses de maio ou junho.

No que diz respeito às antigas instalações da ARCIAL quero dizer que nós temos que aproveitar aquelas instalações. Neste momento estamos a fazer um estudo para integrar aquele espaço na candidatura ao projeto DLBC-Urbano (Desenvolvimento Local de Base Comunitária). Hoje as obras que a Câmara Municipal executar têm que ter financiamento do Quadro Comunitário por causa da sustentabilidade financeira da própria Câmara Municipal.

Relativamente ao Mercado Municipal reconheço que precisa de uma nova dinâmica e se fosse hoje eu não faria aquele tipo de Mercado. Admito que aquele projeto não é feliz. Também reconheço que se fosse hoje eu não faria muitas coisas que fiz em defesa dos antigos proprietários porque as coisas não têm corrido bem. A Câmara Municipal fez um grande esforço financeiro mas efetivamente aquele espaço precisa de uma nova dinâmica e de um novo conceito de Mercado mas aquilo que eu encontrei não poder ser comparado com o que hoje temos mesmo que haja coisas que não estejam bem.

Não posso deixar de dizer ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo que, na minha opinião, a estrada Lagos/Lajeosa é a estrada que neste momento se encontra em pior estado. Também devemos olhar para a estrada do Senhor das Almas/Nogueira do Cravo mas temos também que ter em conta as verbas do Quadro Comunitário.

Quanto ao problema relativo ao Cemitério quero dizer que a Câmara Municipal está empenhada na resolução deste problema.

No que diz respeito ao saneamento quero dizer que este é um assunto que me preocupa bastante. Se não se encontrarem soluções a Câmara Municipal irá construir com meios próprios uma ETAR em Vilela para resolver todas aquelas situações, assim as finanças o permitam.

Sobre a Estrada Nacional 17 quero referir que as Estradas de Portugal comunicaram que iriam avançar com as obras de recuperação e por isso temos que aguardar. A Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Avô também recebeu uma carta das Estradas de Portugal relativamente à estrada 230 que diz que foram feitas pequenas intervenções mas os buracos continuam lá todos.

Quanto à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos quero dizer o seguinte: No tempo em que o Eng.º José Sócrates era Primeiro-Ministro e que a Dra. Maria de Lurdes Rodrigues era Ministra da Educação, foi proposto que a Câmara Municipal contratualizasse as instalações dos Edifícios Escolares. Já nessa altura sofri pressões de homens do Partido Socialista para fazer essa contratualização tal como alguns Presidentes de outras Câmara fizeram. Dou aqui o exemplo de Mangualde: Hoje o Presidente da Câmara diz que está arrependido porque lhe deram o dinheiro nos primeiros anos e depois foram-no retirando e ele agora tem a responsabilidade sobre os edifícios e o que ele queria era voltar a entregar esses edifícios escolares.

Sobre este assunto a Associação Nacional de Municípios já tomou uma posição contra a contratualização destes edifícios escolares.

Neste momento não posso responder pelo meu Executivo. Saiu ontem nova legislação sobre este assunto e ainda não foi estudada mas quero dizer-lhe que sou muito cético no que diz respeito a esta descentralização porque o Governo Central engana sempre as autarquias.

Peço desculpa por esta longa intervenção mas não quero ser acusado de não responder às questões aqui colocadas.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal é certo que nos ocupou algum tempo mas as perguntas também foram muitas e algumas foram muito importantes.

Antes de entramos na Ordem do Dia queria responder ao Sr. Deputado Eng.º Rafael: No que diz respeito à data da realização desta Sessão da Assembleia Municipal quero dizer-lhe que o dia treze é um dia igual a qualquer outro. O mês de fevereiro tem vinte e oito dias e por isso a Sessão da

Assembleia Municipal pode ser realizada no dia treze como também pode ser realizada no dia um ou no dia dois. Não sei onde é que foi buscar essa jurisprudência, ou essa aquisição de direitos, de que a realização da Sessão da Assembleia Municipal tem que ser no fim do mês. Eu desconheço isso!

Quanto ao que referiu, nomeadamente à marcação atabalhoada e em cima do joelho eu devo-lhe dizer que hoje em dia já não tenho idade para fazer coisas atabalhoadas e em cima do joelho. Já faço as coisas com muita calma!

No que diz respeito ao envio da documentação dentro do prazo legal penso que essa questão já foi respondida.

Quanto à classificação que faz nomeadamente de ser atabalhoada e em cima do joelho é uma percepção sua. O que eu lhe aconselho é que mude as suas percepções.

No que diz respeito às intervenções do público quero referir que temos dois pedidos: Um é do Sr. Prof. João Dinis e outro é do Sr. João Pedro Correia da Cruz.

Queria dizer ao Sr. João Pedro, até para que não continue à espera, e até já o podia ter feito antes, que não lhe vou dar a palavra porque entregou o pedido fora do prazo estipulado no Regimento.

O Regimento desta Assembleia Municipal foi aqui aprovado por larga maioria. É certo que há quem continue a pôr o Regimento em causa.

Também quero dizer ao Sr. Prof. João Dinis que não o vou deixar falar em relação ao primeiro ponto porque temos que respeitar a larga maioria das pessoas que aprovaram o Regimento.

Se têm alterações a fazer ao Regimento proponham-nas porque enquanto ele estiver em vigor temos que o respeitar. Aliás, o Partido Comunista era o único Partido de quem eu não esperava pôr em causa a lei e a ordem porque de uma maneira geral respeitam-na.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Tenho que pedir desculpa. Acho que estou noutra Concelho!

Dr. Luís Lagos, o Senhor é um jovem promissor. Esta do desgaste!... Eu acho que já não há ninguém dentro desta casa que tenha dúvidas do que me move. Vou dar por não ouvido!

Sr. Dr. Nuno Vilafanha, eu falei aqui em três números que estão em ata referentes a um evento. Isto é uma coisa que eu nunca vi, nem pode existir. Estranhamente ninguém disse nada! Pelos vistos isto é normal!

Se isto é desgaste e se os Senhores querem que eu me cale isso eu não faço porque eu não quero ser acusado de negligência.

Como os Senhores viram fazem-se as perguntas e já estão ali os mapas com os números para responder ao que o António Lopes disse. Só que o António Lopes já anda aqui há muitos anos! E essa tática, até vou confessá-lo, até fui eu que a cá apliquei. Volto a dizer que eu sei ao que ando e sei o que quero.

Relativamente às verbas contempladas no Orçamento Municipal para o Ensino Superior, o Dr. Francisco Rolo disse que era mentira quando eu disse que tinha diminuído quinze mil euros. Isto foi na última Assembleia. Hoje o Dr. André, que é um jovem promissor e eu acredito muito nele, veio fazer a pergunta e já estava ali o mapa. Isto é só para os Senhores perceberem como é que estas coisas funcionam.

O Sr. Presidente de Junta da União de Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Eng.º Carlos Artur, falou ali e eu fiquei bastante empolgado. O Sr. Presidente está refinado e por isso tenho que lhe dar os parabéns. Eu quase que chorei. Eu não tenho aqui um mapa grande mas vou dizer-lhe: O Carlos Artur não está aí? É para ver se ele tem os mesmos números que eu. Nas GOP's deste ano estão gastos duzentos e quarenta e oito mil euros. Cento e vinte e oito mil são para a bola. Portanto, cinquenta e três por cento.

Na Saúde, que aqui tanto de falou, tem duzentos e dez mil euros orçamentados gastos estão aqui zero. Portanto eu não devo ser deste Concelho, sou um demagogo, e estou aqui no desgaste. As pessoas que estão lá fora e que não têm dinheiro para os remédios e que andam como toda a gente sabe, já não vou falar no Correia de Campos que teve que ir a correr..., como o Ministro da Educação... O PS, nos últimos vinte anos, esteve treze anos no Governo mas agora o PSD é que tem de fazer a estrada sem dinheiro. O Guterres tinha cinquenta por cento da dívida e estes agora com cento e trinta por cento têm que fazer a estrada. A tal política politiqueria que eu aqui digo!

E, por isso, eu já não estou para perder muito tempo, só quero chamar a vossa atenção porque esta gente pensa que vai descobrir a pólvora e que anda aqui a falar para "laparotos". Se os meus colegas ficam bem e se não se querem chatear eu tenho aqui o rebenta minas para lhes fazer o trabalho.

A minha política é outra. Já lhes disse que a minha política é o Concelho.

Sr. Presidente a história da BLC anda-me a preocupar muito, e não é só a mim! Ainda ontem houve três pessoas que vieram ter comigo. Digo-vos que aquilo não vai acabar bem! Esta gente pensa que isto é tudo burro e que anda tudo descuidado e que ninguém sabe nada.

Eu perguntei quem são os Sócios e quanto é que lá põem? O Sr. Presidente não me disse mas sei que está lá a GALP e a SONAE. Mas a Câmara já lá pôs quatrocentos e sete mil euros. São dez mil euros por mês.

E quanto é que dá às Juntas de Freguesia? Quanto é que dá para a Educação? Cinquenta mil euros é uma fortuna!

Eu pedi para darem cento e oitenta mil euros para a componente de apoio familiar e a Sra. Vereadora disse que não porque a Câmara não pode. Mas pode gastar com a bola, com a festa. Uns vêm cá e pagamos-lhe o almoço. É verdade que temos cá muitas Casas Rurais, mas diga-me quantas camas têm? Tem seis camas no Forninho, tem seis camas em Aldeia Formosa, tem seis camas em Vila Franca, tem vinte e nove em Vila Pouca e tem vinte e nove em Aldeia das Dez.

Eu não ando aqui a encher pneus, conheço muito bem o Concelho e sei muito bem do que é que o Concelho precisa.

Sr. Presidente, mude de tática porque este Concelho merece mais.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente à BLC3 é verdade que, nestes três anos, porque esquecem-se de dizer isso para baralharem os Srs. Presidentes de Junta, foram metidos quatrocentos e sete mil euros e que nessa verba é metida a aquisição da ACIBEIRA no valor de cento e cinquenta mil euros.

Há uns que dizem que se fala as meias verdades mas há outros que mentem deliberadamente porque esqueceram-se de dizer que dois mil e doze, treze e catorze e que houve cento e cinquenta mil euros nesta verba para aquisição da ACIBEIRA.

Felizmente já vão falar nos papéis outra vez porque não houve ninguém do PS que induzisse a tática de me perguntar qual era a dívida no passado e qual é a dívida neste momento da Câmara Municipal. Estão a ver! Não havia tática porque ninguém perguntou.

Mas eu tenho aqui números para mostrar e para falar da parte financeira da Câmara Municipal.

Quando eu entrei qual era a dívida da Câmara Municipal a longo prazo? Isto incomoda, eu sei que incomoda, mas não há problema nenhum porque eles têm um passado e têm que levar com esse passado. Esqueceram-se de fazer os trabalhos mas aqui há quem faça os trabalhos.

A dívida na totalidade, em setembro de dois mil e nove, era de sete milhões quinhentos e vinte e seis mil euros.

Sabem qual é a dívida da Câmara Municipal neste momento?

Cinco milhões de euros.

Posso mostrar mais!

A dívida a longo prazo era de seis milhões novecentos e noventa e oito mil novecentos e vinte e oito euros. Hoje a dívida da Câmara Municipal, a longo prazo, é de quatro milhões vinte e seis mil trezentos e cinco euros. Isto é que são números e verdades indesmentíveis.

Mandem também isto para a Inspeção Geral de Finanças para confirmar os números!

Querem ver mais?

Sabem quantos empréstimos é que eu herdei? Por exemplo querem saber quanto empréstimos é que eu herdei no Planalto Beirão?

Cinco. Isto custa a ouvir!

Sabem quantos empréstimos tem hoje a Câmara Municipal no Planalto Beirão?

Zero. Esta Câmara pagou todos os empréstimos.

Sabem quantos empréstimos já pagámos, e esta Câmara não fez nenhum empréstimo?

Quem fez um empréstimo de cinco milhões de euros não fui eu! Eu herdei um empréstimo de cinco milhões.

Sabem quanto é que se pagava na fatura das Águas do Zêzere e Côa? Vamos discutir hoje estes valores. Alguns não queriam o ponto agendado e eu também sei porquê! Hoje vão ver aqui as contas e vão ter que as discutir.

Nós temos feito o nosso trabalho e praticamos uma gestão de rigor.

Há outros que acham que tinham uma grande gestão mas deixaram sete milhões de euros em dívidas numa altura em que havia muito dinheiro.”

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, da proposta da segunda alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Esta alteração prende-se com uma lacuna do nosso Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação. Esta alteração foi submetida a discussão pública.

A Alteração é feita no artigo 38º-A – Compensação pela não cedência de lugares para estacionamento.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, da proposta da segunda alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, que foi aprovado por maioria, com uma abstenção.

De seguida entrou-se no Ponto III - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto para participar no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Já não é a primeira vez que este pedido de proposta vem à Assembleia Municipal.

Há semelhança do que acontecia anteriormente o Partido Socialista entende que deveriam ser apresentados como proposta, numa estratégia abrangente, um Presidente de Junta que representasse as forças políticas mais votadas no Concelho de Oliveira do Hospital.

Nesta Assembleia Municipal os Presidentes de Junta de Freguesia foram eleitos somente por duas forças partidárias: O PS e a CDU. Como sabem o PSD não tem nenhum Presidente de Junta de Freguesia eleito. Há outros Presidentes de Junta mas são eleitos por movimentos independentes.

Nesse sentido, O Partido Socialista entendeu apresentar, como efetivo, o Presidente da União de Freguesias de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, que é a maior Junta de Freguesia do Concelho e, como suplente, um outro Presidente de Junta de uma outra força política. Contactámos com o Sr.

Presidente de Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, eleito pela CDU, no entanto o Sr. Aníbal informou que não estaria muito disponível na data da realização do Congresso e declinou o nosso convite. Assim sendo, o Partido Socialista decidiu apresentar como Suplente o Presidente da Junta de Freguesia mais pequena do Concelho: O Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques.

Estes são os dois Presidentes de Junta que o Partido Socialista apresenta para participar no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses: Como efetivo o Presidente da Junta da União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira e como suplente o Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto e não tendo sido apresentadas outras propostas, foi colocado a votação secreta o Ponto III - Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia e seu substituto para participar no XXII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Efetuada a votação foram eleitos, com trinta e um votos a favor, dois votos contra e três abstenções, O Presidente da Junta da União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, como efetivo e, como Suplente, foi eleito o Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques.

De seguida entrou-se no Ponto IV - Apreciação e votação da proposta de abertura de procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público através da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para dois lugares de Assistente Operacional (eletricista).

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Existem dois eletricitas na Câmara Municipal com contrato a termo e neste momento precisamos de lançar um concurso para contrato por tempo indeterminado.

A contratação deste eletricista não acarreta mais custo para a Câmara Municipal.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto IV - Apreciação e votação da proposta de abertura de procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público através da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para dois lugares de Assistente Operacional (eletricista), que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto V - Apreciação e votação da proposta de abertura de procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público através da celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo para um lugar de Assistente Operacional (pedreiro) e um lugar de Assistente Operacional (serralheiro).

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Felizmente a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital ainda pode lançar alguns concursos.

Neste momento precisamos de alargar o quadro de pessoal e por isso propomos a abertura para a celebração destes contratos de trabalho.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto V - Apreciação e votação da proposta de abertura de procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público através da celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo para um lugar de Assistente Operacional (pedreiro) e um lugar de Assistente Operacional (serralheiro), que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VI - Demonstração do resultado das receitas/despesas da água e saneamento do ano de 2014 por comparação com 2012/13.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar quero dizer o seguinte: O documento que foi enviado ao Senhores Deputados é um documento resumo do relatório de atividade da Equipa Multidisciplinar. Os documentos de suporte encontram-se neste

relatório que ficará anexo a esta ata e que ficaram disponíveis para quem os quiser consultar.

Quero esclarecer a Assembleia Municipal porque é que pedi que este Ponto fosse agendado.

Primeiro: A criação da Equipe Multidisciplinar de Águas e Saneamento tinha que elaborar um relatório para prestar contas do trabalho desenvolvido nesta área;

Segundo: Porque é importante, sobretudo para os elementos desta Assembleia Municipal que votaram a favor do aumento do tarifário da água e do saneamento, para perceberem que estiveram bem quando aprovaram este aumento porque não havia outro caminho. Reconheço a esses Deputados a postura de responsabilidade;

Terceiro: Porque podem confirmar, agora, que a proposta que foi apresentada cumpre os objetivos a que se propunha e que esses aumentos renderam trezentos e setenta e sete mil euros, tendo eu na altura dito que o objetivo era recuperar cerca de quatrocentos mil euros;

Quarto: Aqueles que nos acusam de dizer meias verdades, não têm razão. Todo este relatório confirma a verdade e sobretudo demonstra que esses nem meia verdade têm, pois de forma demagógica jogam com números e mentem de forma descarada apenas com a intenção de baralharem as pessoas.

Percebo que alguns que falam em transparência não queriam que agendássemos este Ponto, pois têm medo. Também digo a essas pessoas que eu já os conheço e por isso sinto-me tranquilo porque não tenho esse medo que eles têm.

Tenho aqui um relatório feito por técnicos, não foi feito pelo Presidente da Câmara Municipal, mas que tem de ter uma discussão política e que não tenho medo de a fazer, pois este é o lugar próprio onde ela deve ser feita.

Houve quem dissesse e escrevesse que os aumentos da água e do saneamento iriam projetar em termos de receita para o Município em mais de dois milhões de euros.

A receita total da fatura de água e saneamento é de um milhão quatrocentos e sete mil euros.

O que dizer sobre isto?

É Ignorância? É má-fé! Ou é as duas coisas?

Que cada um faça a sua avaliação.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado José Ferreira da Cruz Loureiro, que fez a seguinte intervenção:

“O assunto que trago aqui é sobre a água: A água é um assunto que transmite paz. É com essa paz que eu faço votos para que esse assunto a partir de hoje fique encerrado porque já fez corre muita tinta.

Tenho dois documentos, um de Oliveira do Hospital e outro da vizinha cidade de Seia, são duas faturas de água de dois estabelecimentos.

Para provar que a água de Oliveira do Hospital não é cara eu tenho um documento da Câmara Municipal de Seia onde consumimos nove metros cúbicos de água e temos uma fatura de trinta e nove euros e cinquenta e nove cêntimos. Tenho uma fatura de Oliveira do Hospital onde consumimos dez metros cúbicos de água e o valor da fatura é de vinte e três euros e quarenta e oito cêntimos.

Onde está a diferença?

A nossa água vem de onde?

Vem do Mondego?

Acho que vem da Serra da Estrela. A água vem de Seia e Seia tem a água mais cara do que nós.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalheira Almeida, que fez a seguinte intervenção:

“Quero agradecer as palavras que o Sr. Presidente me dirigiu no início da Sessão.

Quero congratular-me e dizer aqui de viva voz que na zona da Cordinha finalmente temos a Zona Industrial a funcionar. Acho que é de bom-tom enaltecer porque as gentes da Cordinha ao longo de trinta anos teve aquela Zona Industrial ao abandono. Finalmente temos A Zona Industrial a funcionar.

O que venho aqui falar é um assunto de extrema importância porque me tem criado alguma confusão: Esta questão das águas e dos preços.

Eu até estava contente porque tinha ouvido falar que este aumento no preço da água daria dois milhões de euros de lucro para a Câmara Municipal, eu até já estava para reivindicar com o meu Presidente de Junta para que alguma obra fosse para o Ervedal. Afinal, parece que não é bem assim!

A informação que nos foi dada permite-nos ter uma noção exata daquilo que alguns andavam por aí a deturpar.

A verdade é importante, mas já lá vamos ...

Tenho aqui duas ou três questões para colocar ao Sr. Presidente da Câmara porque, de facto, o assunto da água é hoje em dia dos assuntos mais importantes que temos no nosso Concelho. É um bem próprio que deve ter qualidade.

Lembro-me, e ainda não foi há muitos anos, que no Ervedal da Beira quando abríamos a torneira e a água era amarela.

A qualidade que hoje temos na nossa água tem que ser paga e temos que ter uma consciência de racionalização da água e da importância que a água tem nas nossas vidas.

Temos que sensibilizar os mais jovens, junto das escolas, para que se faça poupança na água.

Quero dar os parabéns à Câmara Municipal pelo trabalho que foi feito nestes últimos anos: Primeiro – A faturação chega a nossas casas. No passado para termos acesso a uma fatura tínhamos que nos deslocar à Câmara Municipal. Agora, finalmente, acho que estamos no bom caminho porque a fatura chega a nossas casas.

Outro assunto que também é extremamente importante é a monitorização que se constata o que demonstra que há uma preocupação em verificar onde se gasta água. Havia um conjunto enorme de Instituições e Associações que não tinham contadores e que gastavam grandes quantidades de água sem que houvesse qualquer controlo. É importante que se faça esse controlo porque se o preço é tão caro nós temos que saber onde é que se gasta.

Sr. Presidente, ouve-se por aí tanta coisa: Há uns concelhos que pagam e outros não pagam. Queremos saber se por parte da Câmara Municipal há essa honra dos compromissos com a empresa Águas do Zêzere e Côa?

Nestes últimos dias tenho feito uma análise ao preço da água em alguns concelhos limítrofes e percebi que, por exemplo, em Penacova, em cento e vinte metros cúbicos anuais de água, pagam duzentos e vinte euros, em Tábua pagam duzentos e oitenta e cinco euros, em Oliveira do Hospital pagam duzentos e dezassete euros, em Arganil pagam cento e trinta e três euros.

O Sr. Ministro do Ambiente, Moreira da Silva, em outubro de dois mil e catorze, numa entrevista dada, disse que a água ia aumentar no Porto e em Lisboa para beneficiar esta região do interior em três vírgula três euros por litro.

Queria saber se há essa perspetiva?

A água é cara. Sabemos que é um bem que temos de racionar e ter consciência e perceber que cada um de nós tem que ter a sua função.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Volto a dizer ao Sr. Presidente que apreciava que ele mudasse o registo. Não o quer mudar, paciência!...

Sim, é demagogia, porque os sete milhões de euros, ficaram dois e meio na conta e foi um investimento. Foi aprovado, aqui, no dia vinte e nove de setembro de dois mil e sete, cinco milhões. Vão lá ver nas atas.

Os dois milhões de que se anda a falar, o Senhor quando comunica veja como é que comunica! O que o Senhor sempre disse é que levou as pessoas a fazer essas contas.

Mas eu vou dar-lhe as minhas contas e faço-lhe até o favor, já que o Senhor não me dá os documentos a mim dou-lhos eu a si.

Lembra-se destes documentos? São seus!

Veja aqui neste documento do dia vinte e oito de dezembro de dois mil e doze porque está aqui o que foi dito. Vocês esquecem-se muito!

Aqui ninguém tem medo de discutir.

O Senhor Presidente da Assembleia disse-me que os documentos do Ponto VI eram entregues hoje. Eu sei que sim!

Eu disse que se não entregassem os documentos a tempo e horas, para que eu fizesse as minhas contas, que impugnava esta Assembleia. As minhas contas não têm nada a ver com as suas mas os números são seus e se me desmentir é com os seus números.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, se os números não estão errados, neste documento referiu que iria poupar quinhentos mil euros em dois mil e catorze. O Sr. Presidente já disse que poupou setecentos. Parabéns!

Mas eu digo que poupou setecentos e oitenta e nove porque em dois mil e doze a Câmara comprou mil cento e vinte e seis, trezentos e trinta metros cúbicos de água e vendeu oitocentos e vinte e quatro quinhentos e dezassete de saneamento. Este ano vendeu mil e setenta e quatro de água e vendeu setecentos e quarenta e nove de saneamento.

Se estas contas estão certas, porque acho que os números não esticaram, a Câmara teve um custo com estas águas, ao preço de zero setenta a água e zero setenta e quatro o saneamento, se o preço não é este então eu peço desculpa, a Câmara gastou um milhão trezentos e seis mil duzentos e oito euros. Estranha-se que uma Equipa Multidisciplinar, em dois mil e doze, teve quinhentos e

noventa e nove mil novecentos e noventa e nove virgula vinte e nove euros de despesa e este ano a Equipa Multidisciplinar gastou quatrocentos e treze mil.

A ser assim, a Câmara Municipal ganhou quatrocentos e oitenta mil.

Numa altura em que estamos como estamos e em que as famílias estão como estão, se é tudo pelas pessoas, vai-se lá buscar mais duzentos mil euros? É esta a altura própria? Para pôr onde? Quinhentos mil na bola e nas outras coisas que eu falei no Ponto I.

Sr. Presidente da Câmara tem aqui os números. Desminta-me. Diga que é mentira.

Eu não estou a dizer que as contas estão mal feitas. Estou a dizer que a informação que o Senhor me deu, e eu faço o trabalho de casa, e cada um que responda por si, se a informação que me foi dada está correta os números estão aí.

Quanto ao financiamento dos cinco milhões o Sr. Presidente votou a favor e eu também. Toda a gente votou a favor. É pouco elegante, politicamente, votar e estar de acordo e agora vir criticar. Isso, politicamente, está à altura de quem o disse. Assumi aqui que foi um bom investimento e que se fez muito bem.

Agora, Sr. Presidente toda a gente sabe, página trinta e trinta e um da ata da Assembleia Municipal de vinte e oito de dezembro, eu disse aqui para que se instalassem os contadores, vejam onde é que há fugas e vejam quanto é que se gasta e depois quando tivermos essas contas feitas vamos ver quanto é que aplicamos às pessoas. Mas não! Vamos embora porque o que é preciso é dinheiro!

Agora, como se verifica, já tem duzentos mil euros a mais! Foram buscar às pessoas mais do que tinham prometido. É isso que eu falo. Os tais alguns chama-se António Lopes. Eu sei bem que o alguns sou eu mas o António Lopes sabe muito bem o que diz!

Agora explique-me a diferença do milhão setecentos e oitenta e nove para dois milhões e duzentos.

Eu não estou a dizer que não exista. O Senhor é que não me deu informação. Eu fiz estas contas em quarenta e oito horas.

Vamos ver quem é que anda a enganar e quem é que anda a mentir!

Eu não estou a dizer que isto está errado. Estou a dizer é que a informação que tenho leva-me a estes números.

Assim é que se trabalha!

O Sr. Presidente tem todo o tempo para falar mas eu só tenho cinco minutos. Nós não somos anjinhos e isto só me dá gozo! O Sr. Presidente não vê que eu já ando nisto há quarenta anos!

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Assembleia Municipal, eu pensei se deveria encetar esta intervenção, ou não, dirigindo-me a si, mas não posso deixar de o fazer.

Começo por deixar um apontamento de tristeza. Tristeza genuína, isto não é política, não estou a falar para jornalistas, não estou a falar para o público, não estou a falar para os meus caros concidadãos de Oliveira do Hospital. Estou a falar para o espírito que eu vejo crescer na Assembleia Municipal. Acho que terá oportunidade de lhe pôr cobro rapidamente.

Como alguém dizia, a seguir ao ato eleitoral, “existia PS a mais”. De facto sentimos esse PS a mais que existe. É um PS que foi eleito democraticamente e que teve o voto dos Oliveirenses, mas, depois, existe PS a mais na tentativa de condicionar muitas vezes o debate político e isto não é saudável.

Foi a Primeira vez, José Francisco Rolo, e tu certamente também não te reverás nisto, que eu apresentei uma proposta numa assembleia democrática e me vi impedido de encerrar a apresentação dessa mesma proposta. Em lado nenhum do mundo, numa assembleia democrática, quem faz uma proposta à Assembleia, ver esse mesmo debate ser encerrado por outra pessoa que não o proponente dessa mesma proposta. É uma regra elementar da democracia. É uma regra elementar do debate democrático.

O Partido Socialista como partido fundador, em boa hora, da democracia Portuguesa tem a obrigação de ver nos seus representantes esses atos de liberdade sempre respeitados, esses atos de liberdade acarinhados.

Depois, muitas vezes, nós, no CDS, é que somos acusados de ser a direita fascista e reaccionária. Não, não somos! Nós temos restos dessa direita fascista e reaccionária nestes pequenos apontamentos. Desculpar-me-ão!

Depois, dizer e falar no tema da água, e perdoar-me-á, Sr. Presidente da Assembleia, mas não podia deixar passar este Ponto em claro, apesar de toda a consideração que Vossa Excelência me merece, aliás, nem eu não percebo isso atendendo a que é o Presidente da Câmara que vai também à refrega. Vossas Excelências até o podem querer proteger mas ele fala melhor do que qualquer um de vocês! Ele defende-se melhor do que qualquer um de vocês! Ainda temos

um Presidente da Câmara que se sabe defender com elementos do Concelho e que fala de política local.

Acho que era saudável permitir este debate democrático e deixar que as coisas corressem dentro desse mesmo espírito democrático.

Relativamente à água acho que, vindo eu aqui há pouco deixar uma proposta que foi logo de imediato criticada porque prejudicava os pobres e defendia os ricos, nada mais do que na água neste Concelho prejudica os pobres em benefício dos ricos. Aquilo que estamos a subverter, e isso já foi discutido, é o princípio do utilizador pagador. Nós temos um contribuinte pobre que muitas vezes está a pagar a água do rico para regar o jardim.

Se há uma preocupação de justiça social no Partido Socialista local, então, aqui, é que essa preocupação deveria ser por demais evidente. Isso não olvida o grande trabalho que foi feito na água que teve sempre o apoio do CDS-Partido Popular, que sempre foi acarinhado pelo CDS-Partido Popular, o Sr. Presidente aquando da reunião do Executivo falou na oposição, certamente que não se estaria a referir a toda a oposição porque eu acho que este trabalho era um trabalho inadiável e que não foi feito pelo anterior Executivo Camarário onde tivemos o dinheiro do contribuinte a financiar o utilizador da água, e agora, em boa hora, isso se resolveu. Isto estava a criar um constrangimento financeiro enorme para o Município e para as finanças do Município.

O trabalho está bem feito. É preciso dar os parabéns a uma pessoa que acho que teve aqui um papel preponderante, já o fiz numa Assembleia e fá-lo-ei agora novamente, ao Paulo Marques. Acho que desempenhou um papel de liderança neste processo, no trabalho de rua, que é de louvar e que ultrapassou em muito o seu profissionalismo e acho que o Sr. Presidente da Câmara, eu não tenho problema nenhum em dizer isto, às vezes parece que por ouvir uma proposta da oposição o PS cai aqui em peso com a raiva evidente e falando do Governo, eu não tenho problema nenhum em dizer isto: O Sr. Presidente da Câmara liderou muito bem este processo da água. Isto não tem nada de partidarismo. Nós, antes de sermos do PS, do CDS, do PSD, somos todos de Oliveira. Isto não tem nada a ver com partidos políticos. Isto não tem nada a ver com o Governo. Isto tem a ver connosco, Sr. Eng.º Carlos Maia. Tem a ver com os que vivem aqui.

Não vale a pena virmos aqui defender, e acreditem que eu quando venho aqui venho de um ponto de vista genuíno, há aqui alguma trica política natural e saudável, mas o que eu vim aqui fazer há pouco não tinha nada a ver com trica política, era uma proposta evidente, clara, segura, e tive aqui uma resposta, da

parte do Partido Socialista, que não é normal e que me entristece, e que dá vontade de vir para aqui com proposta nenhuma. Dá vontade de vir para aqui fazer chicana política mas eu não faço isso!

Já hoje, aqui, foi tanto falado na transparência e as minhas palavras não podem ser mais claras. As minhas palavras têm só três palavras: Oliveira do Hospital.

Acho que num espírito de saudável democracia deveria, em benefício de Oliveira do Hospital, ser permitido o debate democrático, que muitas vezes eu sinto que é constrangido. Ainda há bocado dizia ao Sr. Raúl que ele é que devia ser o Presidente da Assembleia porque isto só tem a ver com exercício de liberdade que nos tem que ser aqui permitido e não vale a pena virmos aqui afrontar-nos uns aos outros quase num tom de pessoalidade.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Agora venho fazer defesa da honra. Há bocado, quando o Sr. Deputado Luís Lagos queria intervir, não era defesa da honra nenhuma. Como, aliás, o Sr. Presidente também lhe disse. Nem era contrapor coisa nenhuma. Sr. Deputado Luís Lagos, eu disse-lhe e fui muito claro: O Senhor não trouxe isso bem estudado. Não trouxe isso bem fundamentado.

O Senhor fez uma proposta de uma forma simpática, engraçada, populista e tudo isso. Agente entende! ... Mas o Senhor não trouxe nada fundamentado e só disse à Câmara: Façam isto. Tenham esta recomendação e aprove-na. Foi isso que o Senhor se limitou a fazer.

Desculpe dizer-lhe e permita-me dizer-lhe isto sem qualquer tipo de ofensa: O Senhor devia ser mais inteligente na apresentação de uma proposta destas. Mas o Senhor não foi inteligente. Desculpe dizer-lho.

Não venha dizer nem nos venha acusar de falta de democracia. Não venha cá com essa! Nesse campo o Senhor não nos ensina nada!

Quanto a essa proposta: O Senhor ficou muito chocado? O Sr. Deputado Luís Lagos não tem que ficar chocado porque o Senhor sabe que as regras da democracia são mesmo essas.

O Senhor sabe muito bem que o Governo, onde o seu Partido está, chumba muitas vezes na Assembleia da República muitas proposta da oposição e não reagem dessa maneira como o Senhor reagiu! A acusar os outros de falta

de democracia. Isso é que é a essência da democracia Sr. Deputado Luís Lagos. Aprenda! Aprenda porque é assim que a democracia funciona!

Quanto à intervenção do Sr. António Lopes: O Sr. António Lopes mais uma vez tentou baralhar esta Assembleia. Vem com números, não sei de quantos meses, para tentar baralhar. Nós percebemos essa estratégia, Sr. António Lopes! Eu percebo-a tão bem!... E toda a gente a percebe. Até o Presidente da Câmara percebe! Nós bem o entendemos, Sr. António Lopes!...

Toda esta cruzada contra o Executivo da Câmara Municipal, é pena e é muito triste dizer-lhe isto: Como é que o Senhor andou quatro anos a aplaudir toda a ação Executiva da Câmara Municipal e de um momento para o outro passou tudo a estar mal. Quando o Senhor andou a bater palmas durante quatro anos a tudo o que este Executivo fez!

Eu só lamento a sua falta de ética e de responsabilidade. Como é que de um momento para o outro passou a estar tudo mal no Executivo Municipal?

Sr. António Lopes, eu não quero diálogo consigo, nem estou interessado, mas quero dizer-lhe, e isso é que deve interessar a esta Assembleia e é o que deve interessar aos Municípios lá fora! Sabe o que é? É isto que está aqui porque isto é que são números. Isto é que é resultado de um trabalho de um Executivo responsável.

Agora, o Senhor demonstre o contrário! Demonstre que estes números estão errados.

Sr. António Lopes, a mim o que me preocupava, como Presidente de Junta e como Município, sabe o que era? Era o *deficit* excessivo que aqui andava. Isso é que me preocupava e era o que preocupava tanta gente!

A verdade é que esta Câmara Municipal está a fazer um grande trabalho que nunca tinha sido feito anteriormente.

O Senhor tem que o “engolir” e tem que o reconhecer, quer o Senhor goste, quer o Senhor não goste. E há muita gente que não gosta.

Custa a reconhecer este bom trabalho do Executivo Municipal, não custa? Mas temos que o reconhecer e faço votos para que daqui a um ano estejamos aqui a ver outros números e outras realidades mais favoráveis ao Município.

Sr. Presidente da Câmara, continue. Força porque o Senhor está a fazer um bom trabalho.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Vou dar uma explicação ao Sr. Deputado Luís Lagos, relativamente ao que me foi dirigido na sua intervenção, devolvendo-lhe uma afirmação que o Senhor fez no dia dezasseis de setembro de dois mil e catorze.

O Senhor, hoje, falou muito e falou mal. Estava muito nervoso e falou alto, que nem é habitual em si. O que não lhe fica bem porque é sinal que não está a controlar as emoções e isso ao seu nível não lhe fica bem!

Para mim não tem razão absolutamente nenhuma:

Primeiro - Porque teve todas as oportunidades para defender a sua proposta;

Segundo - Não lhe posso dar réplica ou tréplica porque ainda hoje citou o exemplo de um elemento do público que disse que eu há dias o deixei falar apesar de ter entregue o pedido fora de prazo. Ora bem, se eu lhe desse o precedente, como já percebeu, isto nunca mais acabava. Aqui temos que ter ordem. O Senhor, como jurista, sabe que tem de haver ordem.

Terceiro - Eu tenho que lhe dizer isto: A sua proposta nem sequer estava rigorosa. O Senhor acabou por concordar comigo e teve que fazer a alteração da proposta porque a sua proposta dizia o seguinte: “*O Membro desta Assembleia propõe que esta Assembleia delibere aprovar a redução da taxa do IMP*”.

Ora, como é óbvio, e o Senhor concordou, a Assembleia não podia deliberar uma coisa dessas.

Por todas estas razões o Senhor não tem razão e volto-lhe a repetir: Falou muito e mal.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Assembleia não vale a pena responder ao Sr. Eng.º Carlos Maia, por quem eu nutro consideração pessoal e com quem me dou bem, porque isto é uma questão política. Prescindo do direito de lhe responder e a Assembleia percebe porque é que eu prescindo do direito de lhe responder. Porque não vale a pena. A intervenção dele é a minha resposta a ele próprio.

Agora, ao Sr. Presidente tenho, obviamente, até por uma questão formal, de lhe responder:

O meu tom exaltado, ou o meu tom emotivo, deriva do momento. Se houver aí alguma médica poderá medir-me a tensão e vai verificar de imediato que não há nervosismo nenhum. Há uma vontade de correcção daquilo que eu

considero que não está bem na Assembleia. Aliás, tem uma médica aí ao lado e se tiver o aparelho pode medir-me a tensão.

Relativamente à minha proposta, notou-se, quando eu reclamo, é que não me é dada oportunidade de encerrar o debate da minha proposta. Onde em todos os locais e em todas as Assembleias democráticas é assim que funciona, como Vossa Excelência bem sabe. Não é de outra forma. Esse registo eu quero que fique.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dar algumas explicações:

Primeiro queria agradecer a participação dos Deputados e dar os parabéns ao Prof. Carlos Carvalheira, como Presidente do Agrupamento de Escolas, pelo brilhante desfile de Carnaval que ele, toda a sua equipe, pessoal docente e não docente, as várias IPSS e escolas. O tema do desfile de Carnaval era a luz e realmente Oliveira do Hospital ficou mais iluminada com estas mais de duas mil crianças que são nossas e que iluminaram as nossas ruas, o nosso espírito e o espírito dos pais. Fizeram brilhar a cidade e por isso queria dar-lhe os parabéns.

Depois, sobre esta discussão, nós percebemos nitidamente que o debate político é confundir.

Eu tenho aqui o Relatório de Actividades que não é feito por mim é feito por serviços técnicos e quando se colocam os números não se colocam os números do Presidente da Câmara. Este trabalho recolhe dados da Contabilidade (os custos) e dados da Equipe Multidisciplinar.

Houve alguém aqui que quis passar um atestado de incompetência a todas as pessoas que fizeram este trabalho.

O Relatório não tem essas quatro páginas! O Relatório tem aqui os consumos e as recitas mês a mês referentes a dois mil e doze, dois mil e treze e dois mil e catorze. Está aqui! Pode ser consultado e vai ficar anexo a esta ata.

Este relatório tem muito mais informação do que aquela que vos foi entregue. Como percebem é um Relatório bastante extenso e por isso vou deixa-lo ficar aqui na Assembleia e se alguém quiser verificar se estes números são reais que criem uma Comissão porque da minha parte estou inteiramente disponível.

Relativamente a este Relatório eu somente faço a leitura dos números para verificar os objectivos que tracei para a Equipe Multidisciplinar.

Eu sei que há alguns que gostariam que não fizéssemos nada.

Hoje mostrou-se aqui que a receita total é de um milhão quatrocentos e sete mil euros.

O Sr. Deputado António Lopes que é tão rápido a mandar tudo para a Inspeção Geral de Finanças porque é que não manda isto também? Para ver se nos tiram daqui naquele prazo de seis meses. Já passou quase dois anos e ainda cá continuamos!

Também há outros que prometeram regressar à cadeira mas até agora têm regressado à cadeira desse lado.

Senhores Presidentes de Junta, é verdade que se não tivéssemos este *deficit* na água que poderíamos apoiar mais obras e poderíamos distribuir-vos mais dinheiro.

A tarifa foi projetada em quatrocentos mil euros e o seu valor real é de trezentos e setenta e sete mil euros.

Hoje é com as transferências do Estado que subsidiamos a água e o saneamento e subsidiamos a água a todas as pessoas de forma igual.

Sr. Deputado Luís Lagos, o Senhor esqueceu-se que esta Câmara Municipal tem duas tarifas especiais. Tem uma tarifa social e tem uma tarifa para famílias numerosas.

Relativamente ao que disse ao Dr. Nuno Vilafanha quero retificar e dizer que é verdade que fez algumas propostas porque eu há pouco por lapso disse que não. O Dr. Nuno Vilafanha e o PSD quando preparámos as obras estruturantes para o Quadro Comunitário também fez propostas e por isso quero retificar o que disse.

O Sr. Deputado Dr. Nuno Vilafanha é um homem sério e há uns que são uns vigaristas e com esses é que eu não posso.

Eu gosto do debate político com gente séria porque é possível fazermos o debate político com gente séria. Há aqui muita gente séria.

O Dr. Luís Lagos é um homem sério, eu não tenho dúvidas nenhuma. É um homem que nomeei para o Conselho de Administração da FAAD porque me merece toda a confiança.

Sabemos muito bem como é que funciona o mundo. Aqueles que dizem bem de nós, e que muitas vezes até ajudámos bastante, são amanhã os primeiros a deitar-nos abaixo. O mundo é assim!

Ainda relativamente à água: O Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias do Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira disse, e bem, que hoje temos água de melhor qualidade.

Hoje no Concelho de Oliveira do Hospital pode beber-se água das torneiras.

Ainda relativamente ao trabalho desenvolvido pela Equipa Multidisciplinar quero dizer-vos que foram feitas intervenções em quinhentas e vinte caixas de saneamento. Esta Equipa Multidisciplinar começa a trabalhar em março e de acordo com este Relatório podem verificar os resultados do trabalho desta equipe relativamente aos anos anteriores.

Ainda há muitas coisas para fazer relativamente à água e saneamento. Neste momento temos um *deficit* de setecentos e três mil euros e por isso temos de continuar a fazer um bom trabalho.

Estes números são o resultado do trabalho da Equipa Multidisciplinar e houve quem colocasse estes números em causa passando um atestado de incompetência a cerca de trinta pessoas. Neste Relatório os números não são meus e não acredito que mudassem os números para me agradar até porque a contabilidade também faz auditoria a estes números.

Havia muita gente que queria que não fizéssemos nada e que não tivéssemos intervenção.

A democracia de alguns é não deixar falar os outros e até baralhá-los.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“De seguida vamos iniciar o Período de Intervenção do Público e por isso quero dizer ao Sr. Prof. João Dinis o seguinte: Eu estive aqui consigo nesta Assembleia Municipal entre noventa e sete e dois mil e cinco e sei bem a dificuldade que o Senhor tinha para falar. Agora, não queira também passar de extremo a extremo.

Eu não posso permitir que o Senhor fale em relação ao seu Ponto I porque, como sabe, diz o Regimento desta assembleia Municipal, e o Regimento foi aprovado por uma larga maioria, *“as intervenções devem ser de natureza pessoal, social ou comunitária, não podendo desviar-se para questões políticas de reserva dos Membros da Assembleia”*.

Saber se os cinco dias de antecedência mínima de inscrição para uso da palavra nas Sessões desta Assembleia são corretos ou não, é da competência dos Membros da Assembleia.

Se os Deputados quiserem alterar o Regimento, eu estou na disposição de o alterar. Enquanto não for alterado os elementos do público não podem falar nestes assuntos.”

De seguida iniciou-se o Período de Intervenção do Público e foi dada a palavra ao Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Catorze de fevereiro, dia dos namorados, e, portanto, deixamo-nos também imbuir um pouco nesse espírito. Já que se falou aqui nas questões do aumento da natalidade eu quero solicitar ao Sr. Presidente da Câmara para triplicar o valor do subsídio da natalidade para este ano e o Senhor sabe porquê!

Falei aqui durante muitos anos, e volto a falar, na questão do reforço das condições de segurança de circulação rodoviária na estrada que vai do Ervedal até Seixo da Beira e que continua a precisar urgentemente do reforço dessas condições de segurança.

Desde mil novecentos e noventa e cinco, com a Sra. Josina Seguro, até dois mil e catorze, com o Tó Zé de Aldeia, são doze os mortos naquele troço de estrada.

Antes que haja mais, e há lá um sítio onde é uma questão de tempo se aquilo não for corrigido, eu próprio já estive em perigo, eu volto a fazer o apelo. Já o fiz por escrito, já o enviei para o Presidente da Junta, já o enviei para o Presidente da Câmara.

Às vezes há coisas que custam a perceber porque é que não se fazem? Se depois houver um desastre vamos chorar porque morreu mais uma pessoa.

Em dezembro de dois mil e treze, questioneei o Sr. Presidente da Câmara sobre a requalificação urbanística do largo da capelinha mortuária em Vila Franca da Beira. Volto a fazer a pergunta: Quando é que é feito?

Relativamente a uma fossa séptica, localizada na Póvoa de São Cosme, que é necessário corrigir, até porque agora tem mais esgotos.

Estátua à queijeira: Onde é que vai ser colocada?

As queijeiras do Concelho de Oliveira do Hospital, desde que há queijo aqui na nossa região, as melhores queijeiras foram sempre de Vila Franca da Beira. As queijeiras de Vila Franca da Beira ganhavam sempre os concursos porque faziam o melhor queijo.

Hoje, as queijeiras de Vila Franca da Beira, que são pastoras e queijeiras, continuam a ser as melhores queijeiras no Concelho de Oliveira do Hospital.

Está a haver alterações no Projeto de Eletrificação Rural. Alterações que, daquilo que eu me lembro, não estavam no projeto de dois mil e doze. Postes a menos em alguns lados, postes em caminhos que só foram abertos este ano e há postes em caminhos feitos no ano passado. Portanto, alguma coisa se passa ali! Eu creio que é preciso tomar providências. Ou houve alteração ao projeto, ou

quem está a executar a obra está a fugir ao projeto e está a prejudicar algumas pessoas com essas alterações.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal, eu não o quero desrespeitar porque não é caso para isso, mas dizer-me, aqui numa Assembleia, que eu não posso falar seja onde for, no inferno ou no céu, e que tenho que me inscrever com cinco dias de antecedência, é um atentado à democracia. O Senhor nem pense nisso! Isso é indigno de uma Assembleia democrática e o PS tem esse ónus em cima, mas a mim não me admira!”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“O João Dinis merece-me toda a consideração mas acho que há aqui perguntas que ultrapassam o seu âmbito de cidadão até porque é Autarca na sua Freguesia. O Presidente da Junta da União de Freguesias do Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira tem elementos para lhe poder dar esses esclarecimentos.

Sobre a segurança rodoviária na Estrada Nacional 231-2 eu penso que deveremos fazer ali alguma coisa até porque também reconheço que há ali uma entrada bastante perigosa. Contudo, tenho que lhe dizer que não se consegue resolver todos os problemas da sinistralidade porque há situações que pouco têm a ver com a estrada nomeadamente a morte do Tó Zé.

O que eu tenho constatado é que naquela estrada o número de sinistro tem diminuído.

Relativamente à recuperação urbanística do largo da Capela Mortuária: A Junta de Freguesia em colaboração com a Câmara lançou agora uma obra, que considerou prioritária, que é o calcetamento da Rua da União e por isso as obras vão-se fazendo em colaboração com a Junta de Freguesia e tendo em conta os recursos e meios disponíveis.

Em relação às Eletrificações Rurais quero-lhe dizer o seguinte: Eu não tenho conhecimento que tenha havido alteração ao projeto.

O que tem acontecido é que muitas vezes as Juntas de Freguesia dizem que os caminhos são públicos e depois, mais tarde, vêm os proprietários dizer que os caminhos são privados e aí a Câmara Municipal não tem culpa nenhuma porque a Junta de Freguesia na altura até tem uma declaração conforme o caminho era público. Por isso fizemo-lo de boa-fé. Se o caminho é privado a Câmara não coloca lá os postes e tem que anular aquela parte do projeto.

Relativamente à fossa séptica quero dizer que neste momento há um projeto, e que há um levantamento de todas as fossas, para fazermos uma

candidatura conjunta. Neste momento não sei dizer-lhe se essa obra será realizada este ano ou se será para o ano.

Relativamente à estátua de homenagem à queijeira, se calhar as nossas ideias são parecidas mas como eu não sou dono do Concelho, eu sou só o Presidente da Câmara Municipal, tenho que ouvir outros agentes e tenho que ouvir os nossos Munícipes.

Na Festa do Queijo vamos ter uma maquete da estátua de homenagem à queijeira e depois faremos uma discussão para definirmos o local para essa estátua.

A minha opinião é fazermos um conjunto de rotundas temáticas. Na rotunda do Seixo da Beira temos as ovelhas e por isso fazia sentido fazermos um conjunto de rotundas relacionadas com o queijo Serra da Estrela, com as ovelhas e com a pastorícia.

Há quem defenda que a estátua de homenagem às queijeiras deveria ficar aqui na cidade.

Esta é uma discussão que tem de ser feita e depois tomaremos a opção que tiver mais sentido.”

Terminadas as intervenções, foi colocada à votação a proposta de aprovação da presente ata em minuta, para que produza efeitos imediatos, tendo sido aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nenhuma intervenção sobre esta matéria e sendo uma hora e trinta minutos do dia catorze de fevereiro o Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim \_\_\_\_\_  
Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

\_\_\_\_\_

(Primeiro Secretário)

\_\_\_\_\_

(Segundo Secretário)

\_\_\_\_\_